

Ricardo Mendes da Silva

**A DIMENSÃO SUBJETIVA DO TRABALHO PARA COOPERADOS DE
UMA FÁBRICA RECUPERADA**

Curso de Psicologia

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

São Paulo

2011

Ricardo Mendes da Silva

**A DIMENSÃO SUBJETIVA DO TRABALHO PARA COOPERADOS DE
UMA FÁBRICA RECUPERADA**

“Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de psicologia, sob orientação da Profª Drª Renata Paparelli”.

Curso de Psicologia

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

São Paulo

2011

Nosso dia vai chegar,
Teremos nossa vez.
Não é pedir demais:
Quero justiça,
Quero trabalhar em paz.
Não é muito o que lhe peço
Eu quero um trabalho honesto
Em vez de escravidão.

Deve haver algum lugar
Onde o mais forte
Não consegue escravizar
Quem não tem chance.

De onde vem a indiferença
Temperada a ferro e fogo?
Quem guarda os portões da fábrica?

O céu já foi azul, mas agora é cinza
E o que era verde aqui
já não existe mais.
Quem me dera acreditar
Que não acontece nada
de tanto brincar com fogo,
Que venha o fogo então.

Esse ar deixou minha vista cansada,
Nada demais.

Fábrica, Legião Urbana

Agradecimentos

À meus pais, pela confiança empregada, sempre torcendo pelo meu êxito e me apoiando nos momentos de dificuldade.

À minha irmã, eterna companheira na vida, base forte e presente, que sempre posso contar.

À minha namorada, sábia pessoa, que me mostrou que a vida vai muito além dos estudos.

Aos amigos de longa data, por me apoiarem nessa longa jornada que é a vida.

Aos amigos que fiz nessa graduação, por estarem juntos comigo, nos momentos de dificuldade e de alegria.

A cooperativa, por ter aberto suas portas para essa pesquisa.

Aos cooperados, pela disposição e interesse em participar.

Ao grupo do Cooperapuc, pois um sonho que se sonha junto, não é sonho, é realidade.

Ao Profº Dr. Fabio de Oliveira, por me apresentar a economia solidária

À minha orientadora, por acreditar no meu potencial, e maximizá-lo.

Resumo

Silva, R. M. A Dimensão Subjetiva do Trabalho para Cooperados de uma Fábrica Recuperada. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

Este estudo visa compreender a dimensão subjetiva envolta nas relações de trabalho capitalistas e da economia solidária. Dentre todas as formas de expressão da economia solidária, estudaremos as fábricas recuperadas, empreendimento econômico que possui a peculiaridade de ser uma cooperativa que foi formada a partir da estrutura física e com os funcionários de uma empresa tradicional. Para isso, o presente trabalho tem como objetivo apreender quais são os sentidos e os significados atribuídos por trabalhadores à transição por eles vivida de trabalhadores assalariados para a condição de cooperados, em cooperativas que surgiram de fábricas recuperadas. Foram utilizados como métodos de apreensão dos sentidos, os procedimentos de visitas e acompanhamento da rotina diária dos funcionários da cooperativa, e entrevistas individuais com os cooperados, que por sua vez foram analisadas sobre a perspectiva teórica da psicologia Sócio-Histórica.

Palavras-chave: Trabalho, dimensão subjetiva, psicologia Sócio-Histórica, autogestão, relações de trabalho, economia solidária

Sumário

Introdução.....	7
1. Capitalismo industrial: sua lógica e sua evolução	10
1.1 As origens do capitalismo industrial	10
1.2 O capitalismo industrial no Brasil.....	13
2. Cooperativismo	20
2.1 - Primórdios do cooperativismo.....	20
2.2 - Cooperativismo no Brasil: entre a vertente tradicional e a solidária	23
3. Fábricas Recuperadas e as diferentes formas de gestão do trabalho	28
3.1 - O movimento das Fábricas Recuperadas.....	28
3.2 – modelos de gestão do trabalho.....	31
4. Considerações teóricas	40
4.1 - Psicologia Sócio-histórica e Dimensão Subjetiva	40
4.2 - A dimensão subjetiva do trabalho	43
5. Considerações sobre o Método	47
6. De empresa a Cooperativa	49
7. Apresentação e Análise dos Dados	55
7.1 - O trabalho no modo de produção capitalista	56
7.2 - Transição entre dois modos de produção.....	60
7.3 - Cooperativismo	63
7.4 - Provocações e projeções para o futuro	70
8. Conclusões.....	72
Referências bibliográficas	78
Anexo - Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido	84

Introdução

O presente trabalho vem do interesse pelo estudo no campo do trabalho, capitalismo e cooperativismo. Esse interesse se deu principalmente devido ao fato de ter trabalhado sete anos numa empresa que prestava serviços de terceirização para instituições bancárias, sendo os três últimos anos trabalhados simultaneamente com a graduação em psicologia. Devido a isso pude experienciar os efeitos físicos e subjetivos que o processo capitalista de produção imprime nos indivíduos.

No quinto semestre da graduação, cursei uma disciplina eletiva sobre economia solidária, ministrada pelo professor Dr. Fabio de Oliveira, e nela tive contato com algo que até então não tinha a menor idéia do que era, e deste modo pude conhecer outra possibilidade de formato econômico, que visa à construção de outro modo de se produzir e viver. Durante o decorrer e também ao término dessa disciplina foram surgindo dúvidas e inquietações, que tinham como norteador querer conhecer mais esse modo de produção econômico e os processos subjetivos envolvidos nessas vivências.

Singer (1998) traz uma conceituação de revolução muito interessante, e que me fez repensar a economia solidária, e seu potencial transformador. Como assinala o autor, normalmente o conceito de revolução está ligado a transformações violentas e estruturais, assim, faz-se necessário separar revolução política de revolução social. Enquanto a primeira caracteriza-se pela conquista do poder estatal, visão essa que até pouco tempo predominou na esquerda, entendendo que só teríamos mudanças com a tomada do poder; o segundo conceito, de revolução social, *“designa o processo de passagem de um sistema econômico, ou formação social, para outro”* (p.10).

Assim, na revolução política temos uma transformação que se dá de cima para baixo, e de forma brusca, ou seja, primeiramente toma-se o poder, e a partir disso faz-se as mudanças. Já a revolução social, é um processo de transformação de um sistema em

outro, que se dá de forma cadenciada, e de baixo para cima, pois através de mudanças na infra-estrutura visa-se transformar a supra-estrutura.

Para exemplificar esse modo de revolução social, Singer (1998) conta a história revolucionária do capitalismo, que de modo alternativo ao feudalismo, transformou-se em hegemônico, e todas as modificações sociais e políticas que essa mudança trouxe. Apontando assim, que a economia solidária não é apenas um modo produção inócuo, mas possui em si uma potencialidade transformadora, cabendo a nós, sujeitos imersos nela, galgar o caminho que ela tomará na história.

A relevância social dessa pesquisa apresenta-se no fato do cooperativismo ser uma tentativa de uma transição para um sistema de trabalho mais igualitário e com menos exploração do homem pelo homem. Já sua relevância científica apresenta-se no fato da economia solidária e as fábricas recuperadas serem um movimento relativamente novo, e que está em crescente expansão, existindo poucos trabalhos acadêmicos sobre essa temática.

A partir dessas considerações, esse trabalho tem como objetivo apreender a dimensão subjetiva que os trabalhadores atribuem à transição por eles vivida de trabalhadores assalariados para a condição de cooperados, em cooperativas que surgiram de fábricas recuperadas. Assim, buscamos entender como os trabalhadores que passaram pela transição de modos e lógicas diferentes de produção, capitalista e cooperativista, significam o trabalho nestes diferentes contextos.

O texto desta pesquisa está disposto da seguinte forma

No capítulo 1 apresentar-se-á brevemente as origens históricas do capitalismo industrial, sua evolução no Brasil, a lógica que permeia esse sistema produtivo e a relação que esse sistema teve com o Estado brasileiro e com suas elites.

No capítulo 2 temos a evolução histórica do cooperativismo tanto na sua gênese na Inglaterra e França, quanto os rumos que esse modo de produção tomou no Brasil, indo da sua vertente pioneira à solidária, abordando ainda a lógica que permeia os empreendimentos cooperativos.

O capítulo 3 abrange um histórico do movimento das fábricas recuperadas, e como se deu sua evolução. Nesse capítulo falamos também sobre os diferentes modos

de gestão do trabalho, dando ênfase para os modelos autogestionários e heterogestionários.

No capítulo 4 apresentamos os pressupostos teóricos que fundamentam esse trabalho, sendo ele a vertente teórica da psicologia sócio-histórica. Falamos também sobre a categoria trabalho, e a sua importância e transformação na subjetividade dos indivíduos.

No capítulo 5 encontram-se algumas considerações sobre a metodologia de pesquisa utilizada nesse trabalho.

No capítulo 6 é exibido um histórico da Cooperativa estudada, que vai desde a fundação da antiga empresa até formação da cooperativa.

No capítulo 7 temos a apresentação e análise dos dados das entrevistas, sendo esse capítulo dividido em quatro subitens, que correspondem aos núcleos de significados, sendo eles o trabalho no modo de produção capitalista, transição entre dois modos de produção, cooperativismo e provocações e projeções para o futuro.

E finalmente, temos no capítulo 8 as conclusões, onde foi apresentado uma reflexão sobre o todo da pesquisa, que incluem uma articulação entre as leituras e os dados obtidos.

1. Capitalismo industrial: sua lógica e sua evolução

1.1 As origens do capitalismo industrial

Para entendermos o processo de formação das fábricas recuperadas, faz-se necessário primeiramente apreender a lógica e o desenvolvimento do sistema econômico dominante, no qual essas cooperativas surgiram e estão imersas, o capitalismo. Pois, além das fábricas recuperadas funcionarem e terem de competir dentro do sistema capitalista, elas são herdeiras dessa lógica de relações sociais e de produção. *“Assim, o trabalho – e a forma de pensar sobre ele – seguirá as condições sócio-históricas em que cada pessoa vive”* (Borges e Yamamoto, 2007, p.27)

Segundo Singer (2002), o capitalismo está instaurado como forma dominante há tanto tempo que tendemos a compreendê-lo como normal ou natural. Porém, quando analisado numa perspectiva histórica vemos que o capitalismo surgiu como uma forma econômica alternativa dentro de um modo de produção predominante a época, o feudalismo. Desde seu surgimento até sua ascensão como forma econômica predominante, o capitalismo nunca conseguiu a hegemonia, tendo assim que dividir campo com formas econômicas alternativas, dentre elas a economia solidária, representada principalmente pelas cooperativas (Singer, 1998).

A acumulação de capital e as formas de produção, trocas, compras e vendas de produtos, são muito mais antigas que o capitalismo, pois já existiam desde a antiguidade, como por exemplo, na forma de escambo, onde havia a troca de mercadorias por mercadorias. Com o advento da criação da moeda, viabilizou-se a possibilidade de transações econômicas que estavam distantes no tempo e no espaço, ou seja, um artesão poderia vender sua mercadoria em um lugar e comprar um produto, em outro lugar e em outro dia, ou então guardar o dinheiro (Singer, 1975).

O processo de transição no qual o capitalismo se desenvolveu a partir da forma econômica e social da sociedade feudal, que o precedeu, se deu de forma lenta e complexa (Catani, 1999). O autor indica que podemos distinguir duas fases importantes dessa transição: na primeira, o pequeno produtor obteve emancipação ou fugiu das obrigações feudais, sendo que a maioria migrou rumo às cidades, que surgiam e expandiam-se de forma vertiginosa; na segunda fase, o pequeno produtor *“foi separado dos seus meios de produção (a sua pequena porção de terra, o seu gado e utensílios agrícolas ou de artesanato), e tornou-se dependente do trabalho assalariado para conseguir subsistência.”* (Catani, 1999, p.40)

Catani (1999) e Singer (1975) apontam que nesse primeiro estágio, chamado por Marx de fase de manufatura, primeiramente o trabalhador é detentor do seu meio de produção, ou seja, é ele quem tem a função de produzir e ainda ir até as feiras vender seu produto. Num segundo momento, surge a figura do mercador, que é um capitalista intermediário entre a produção e a comercialização, sendo seu papel comprar o produto dos artesãos nas suas casas e lhes vendendo aí também as mercadorias que necessitavam. Essa nova divisão do trabalho mostra-se viável e vantajosa tanto para os produtores, pelo fato deles poderem utilizar o tempo gasto na venda de seus produtos nas feiras, na confecção de mais produtos, como para os mercadores, que não precisavam produzir, obtendo lucro nas transações comerciais. Assim, segundo Singer (1975), a penetração do capital na esfera da produção se deu de duas maneiras:

Uma de fora para dentro, quando comerciantes começaram a assalarar artesãos, desenvolvendo a indústria doméstica; a outra, de dentro para fora, quando certos mestres rompem com as limitações corporativas e assalariam um grande número de artífices, deixando de trabalhar diretamente na produção para se transformar em capitalistas propriamente ditos, entregues unicamente às tarefas improdutivas de supervisionar o trabalho alheio, empregar e despedir, comprar e vender etc. A primeira maneira, de fora para dentro, levou em geral a subordinação meramente formal do processo produtivo ao capital: os artesãos continuavam dispersos, trabalhando em suas casas (em geral com o auxílio de mulher e dois filhos), usando as mesmas técnicas etc. Já a segunda maneira tendeu a revolucionar o processo produtivo: os antigos mestres transformados em capitalistas manufatureiros agrupavam numerosos artesãos sob o mesmo teto, fazendo com que cada um se dedicasse a uma só tarefa, na qual acabava adquirindo grande destreza. Este avanço na divisão do trabalho dentro da oficina permitiu criar ferramentas especializadas; dezenas de tipos de martelos, de alicates etc., o que

contribuiu para um notável aumento da produtividade do trabalho. (Singer, 1975, p.137)

Porém, como expõe Singer (1975), esse aumento da produtividade estava restrito aos limites da anatomia humana, que já estava sendo explorada no seu limite. Assim, o aumento da produção só pôde ser conseguido pelo advento da invenção da máquina, dando assim início ao período, denominado por Marx de fase de maquinofatura. Esse período conhecido como revolução industrial, inaugurou um novo período na história do capitalismo, que iniciou-se na Grã-Bretanha, ainda no último quartel do século XIX, “*penetrou no continente europeu após as guerras napoleônicas, expandiu-se nos Estados Unidos após a abolição da escravidão (1864), no Japão após a era Meiji (1868) e na Alemanha após a unificação (1871).*” (Singer, 1975, p.139)

Essa fase maquinofatureira começou com a criação de pequenas máquinas, que por serem demasiado caras, e as pessoas não poderem comprá-las, eram alugadas aos artesãos caseiros, sendo criada até uma companhia exclusivamente para esse fim. Posteriormente, os capitalistas começaram a congregar o maquinário em galpões, e contratar trabalhadores assalariados, dando assim origem às fábricas (Catani, 1999). Os avanços dessa fase do capitalismo, que o fizeram chegar ao domínio global que pode ser visto hoje, estão ancorados em dois alicerces: a união do capital com a ciência, produzindo os avanços tecnológicos, que propiciaram o desenvolvimento de novas máquinas, que produziam mais rápido e com maior qualidade, o surgimento da energia elétrica e do motor a explosão que passaram a substituir a energia a vapor, dentre outros avanços; e o triunfo das idéias liberais, que veio para substituir o velho ideal protecionista do absolutismo, com um modelo onde caberia a esse Estado mínimo assumir o papel de polícia, cuidando para que a ordem se mantenha, não havendo mais necessidade do Estado ser sujeito regulador da economia, já que a concorrência entre os sujeitos, representada pelo mercado, permitiria um auto equilíbrio e regulação através de uma mão invisível.

1.2 O capitalismo industrial no Brasil

Para Catani (1999), tanto o processo de industrialização brasileiro, como os da América latina ocorreram de forma específica, sendo que essa especificidade é duplamente determinada:

Por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais; e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista torna-se dominante na escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que se chamará retardatária. (Catani, 1999, p.86)

Com base nas leituras realizadas e para uma melhor compreensão da evolução do capitalismo industrial no Brasil, utilizarei o recurso de dividir esse subcapítulo em fases. A primeira é conhecida como fase pré-capitalista e se inicia com a descoberta do Brasil - 1500 - indo até a libertação dos escravos -1888.

Singer (1987), Catani (1999) e Tamdjian e Mendes (2005) apontam que durante os três primeiros séculos do Brasil, o modo de produção capitalista não existiu, principalmente por dois motivos: um pelo fato do Brasil ser uma colônia de exploração, assim não interessava a Portugal desenvolver um nicho produtor de mercadorias que fosse seu concorrente, ficando a cargo do Brasil o fornecimento de produtos primários como, açúcar, ouro, borracha, algodão, café, etc, inclusive por essas condições que a agricultura e a extração mineral e vegetal, tornaram-se as principais atividades econômicas do Brasil, da colônia até hoje, ficando estabelecido através do pacto colonial, o monopólio do fornecimento de produtos manufaturados, por parte da metrópole. O outro motivo é que o modo de produção capitalista calcasse na alienação do trabalhador, onde indivíduos livres vendem sua força de trabalho em troca de salários, assim fica incompatível o surgimento desse modo de produção antes da abolição da escravatura.

Esse cenário começa a mudar, com o advento da vinda da família real para o Brasil, em 1808, onde são adotadas algumas resoluções que darão início a transição entre o modo de produção mercantilista-colonial e o capitalista. Entre elas estão a abertura dos portos da colônia, para a importação de produtos manufaturados de outros

países, e a liberação da criação de fábricas nacionais. Porém, inicialmente a indústria nacional não logrou muitos frutos especialmente, por ter um mercado interno muito pequeno, limitado pela escravidão; por poucos investimentos, causados pelo desinteresse das elites nacionais, cujo maior foco de investimento encontrava-se na agricultura, principalmente a cafeeira; e a dificuldade dos donos de fábricas em conseguir e manter bens de produção (maquinário, equipamentos e peças de reposição), que eram importados da Inglaterra, e por isso eram caros (Tamdjian e Mendes, 2005).

A segunda fase, que dá início propriamente dito ao capitalismo no Brasil, principia-se com a abolição dos escravos e a independência do Brasil, respectivamente 1888 e 1889, e vai até o período entre guerras mundiais, 1918-1939.

A partir do vigoroso processo de substituição das importações, que começou na última década do século XIX, a produção capitalista propriamente dita surge nas cidades, através da manufatura proveniente de artífices imigrantes vindos da Europa, que produziam para o consumo local; e da indústria de bens de consumo, que começavam a se firmar, sobretudo no ramo têxtil. Essas primeiras fábricas, por usarem equipamentos importados, muitas vezes matérias-primas vindas de outros países, e por contratarem majoritariamente trabalhadores imigrantes, que tinham maior experiência na indústria, eram tachadas de “*artificiais*” (Singer, 1987).

Como apontam Singer (1987), Catani (1999) e Tamdjian e Mendes (2005), nesse período os interesses do Estado brasileiro estavam ligados aos do capital cafeeiro, que se relacionava contraditoriamente com o capital industrial, pois se de um lado a elite cafeeira deu condições de nascimento e estimulou a indústria através dos investimentos dos excedentes da exportação do café; do grande fluxo de imigrantes que chegavam ao Brasil por meio do capital cafeeiro, sendo que muitos se fixaram nas áreas urbanas, incrementando o mercado consumidor local, e ao mesmo tempo, oferecendo mão-de-obra relativamente especializada, já que tinham experiência no trabalho das fábricas européias; e dos investimentos em infra-estruturas, como ferrovias, portos, etc. Por outro, impunha limites à acumulação industrial, pois a industrialização estava subordinada aos interesses hegemônicos da agricultura que era dirigida ao mercado externo.

Nessa fase, o processo de industrialização apresenta-se com duas características importantes, a primeira é que ela ocorreu de forma circunscrita, pois a imensa maioria das indústrias concentravam-se no sudeste, sendo que em 1920 65,3% do parque industrial brasileiro encontrava-se instaurados no Rio de Janeiro e em São Paulo. A segunda característica é que nesse período a industrialização se deu de forma vertiginosa, por isso alguns autores a denominaram de fase do surto industrial, pois se no ano de 1889, o Brasil contava com apenas 636 fábricas, que empregavam 54.172 operários, no ano de 1920 a nação já possuía 13.569 indústrias, nas quais trabalhavam 293.673 pessoas (Tamdjian e Mendes, 2005).

Porém, a relação industriais-trabalhadores não se deu de forma harmoniosa ou submissa, pois ao mesmo tempo em que as fábricas começaram a surgir e expandir-se, as manifestações de protesto e de luta do movimento operário começaram a expressar-se também, através de greves, sabotagens e formação de sindicatos (Singer, 1987).

A terceira fase, que vai do período entre guerras até o ano de 1955, é conhecida como fase nacionalista, devido principalmente à política de Getúlio Vargas, que esteve à frente do governo do Estado brasileiro entre os anos de 1930-45 e 1951-54, por isso esse período também é conhecido como Era Vargas.

Para Singer (1987), a revolução de 1930 marca o momento de inversão no panorama do poder nacional, pois a partir desse momento a dominação das oligarquias agroexportadoras sobre o Estado começa a reduzir-se drasticamente, e com isso os capitalistas industriais começam a dar as cartas do jogo, apoiados pelo Estado e apoiando-se nele.

De acordo com Singer (1987), Catani (1999) e Tamdjian e Mendes (2005), a passagem do poder hegemônico e do apoio do Estado, dos latifundiários para os capitalistas, foi possível devido à conjuntura que se apresentava na época. Essa se caracterizava pela crise mundial que alcançou seu auge em 1929, pelo período de guerras mundiais e pelo modelo keynesiano que começa a guiar os cenários políticos mundiais, inclusive o brasileiro.

Para os autores, essa conjuntura trouxe como resultado profundas mudanças no cenário brasileiro, já que esse período da início ao fim do ciclo cafeeiro, pois é normal que em épocas de crises e guerras haja um corte da importação de produtos supérfluos,

como foi o caso do café brasileiro; a crise cafeeira provocou um intenso êxodo rural, pois sem ocupação nas fazendas os trabalhadores rurais migraram para as cidades, fazendo com que essas tivessem um aumento da mão-de-obra e do mercado consumidor; tivemos um crescente aumento da implantação e desenvolvimento das indústrias nacionais, tanto nos setores clássicos como nos novos, sendo que nesse período em que as grandes economias mundiais estavam imersas em crises e guerras, houve um afrouxamento da dominação econômica dos países que exportavam para o Brasil, provocando uma reserva de mercado interno, que foi aproveitado pela indústria nacional.

Nessa fase, tanto o governo de Vargas, como o de muitas nações capitalistas, tinham suas políticas econômicas influenciadas pela teoria do economista britânico John Maynard Keynes, que tinha como principal característica a intervenção do Estado na economia, já que a filosofia econômica do liberalismo tinha colocado os países guiados por ela, nessa situação desoladora em que se encontravam. Assim, durante seu período no poder, o que os capitalistas esperavam de Getúlio Vargas era bem claro, como aponta Catani (1999): proteger as indústrias nacionais contra as importações de produtos concorrentes; impedir que os trabalhadores se fortalecessem e aumentassem seu poder de barganha, o que poderia surgir principalmente com um sindicalismo independente; e realizar investimentos em infra-estrutura.

Singer (1987) e Catani (1999) assinalam que com o avanço do processo de industrialização nacional, suas debilidades estruturais começaram a aparecer, pois o Brasil contava com um amplo parque de fábricas de produção de bens de consumo, departamento II, porém carecia quase que totalmente de indústrias produtoras de meios de produção, sendo que para prover-se de matérias-primas, equipamentos e auxiliares, a indústria nacional era dependente de importações. A medida mais lógica seria o capital industrial promover a substituição da dependência das importações, por produção nacional, porém a implantação de indústrias de bens de produção requer elevado grau de concentração de capital, algo que os capitalistas não tinham naquela época, assim:

Esta nova etapa da substituição de importações só poderia ser realizada pelo capital monopólico estrangeiro ou pelo Estado. Como as inversões estrangeiras estavam em refluxo, no mundo inteiro, devido à crise econômica, a única alternativa que restava era o Estado.(...) A partir desse momento, o Estado passou a participar diretamente do processo de industrialização, promovendo a

substituição das importações de aço e de auto-veículos, com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Fábrica Nacional de motores. A hegemonia capitalista se instaura no Brasil a partir desta época, em que o fomento da industrialização – ou seja, da acumulação de capital industrial – passou a ser a prioridade máxima dos sucessivos governos. (Singer, 1987, p. 72-73)

A quarta e última fase que será explanada nesse trabalho vai de 1956 até a década de noventa, tendo início com a morte de Getúlio Vargas, 1955, e a posse de Juscelino Kubitschek, 1956. Passado pela ditadura militar, 1964-1985, pelo processo de redemocratização, a partir de 1986, e tendo fim na política neoliberal de abertura econômica e privatizações da década de 1990.

Singer (1987), Catani (1999) e Tamdjian e Mendes (2005), lembram que esse período caracterizou-se por uma continuação dos investimentos estatais, porém com o implemento de uma progressiva e aprofundada política de abertura das fronteiras do país ao ingresso de capitais estrangeiros. Assim, o parque industrial brasileiro foi estruturando-se sobre uma tríplice aliança no qual ficou a cargo do capital estatal a criação de indústrias de base, incentivos fiscais, tarifários e de créditos abundante, apoio logístico e financeiro aos capitais estrangeiros, como a doação de terrenos e a não cobrança de impostos por algum tempo, além das obras de infra-estrutura, como portos e rodovias, nas indústrias de bens de consumo não-duráveis havia a prevalência de capitais privados nacionais, sendo que os capitais privados internacionais tinham o controle das indústrias de bens de consumo duráveis, como por exemplo, as indústrias automobilísticas, de eletrodomésticos, de equipamentos eletrônicos, etc., que requeriam mais tecnologia.

Catani (1999) e Singer (1999) apontam que essa fase pode ser dividida em dois momentos: um primeiro que vai até a década de 1970, caracterizado por um crescimento do processo de industrialização e da economia nacional, alavancado pelo momento de ascensão vivido pelas economias capitalistas mundiais, e pelo medo do avanço comunista sobre as economias capitalistas, por isso a intensa injeção de dinheiro em países subdesenvolvidos, como o Brasil, através de empréstimos; num segundo momento a partir da década de 1980, que ficou conhecida como a década perdida, começa um período de recessão da economia brasileira e uma mudança no paradigma da industrialização, pois com as crises do petróleo, as altas taxas de juros praticadas

pelo mercado internacional e a falta de investimentos, o Brasil entrou numa crise, onde tivemos muita falência de fábricas e altas taxas de desemprego.

Singer (1977; 1999) e Tamdjian e Mendes (2005) indicam que a década de 1990 foi marcada por uma reorientação mundial do capitalismo, pautada pela imposição do modelo econômico neoliberal e pelo processo de globalização. O neoliberalismo prega entre outras coisas a retirada do Estado das atividades produtivas e do jogo econômico, o que no Brasil provocou a privatização de grande parte das indústrias estatais, uma enorme abertura para os produtos e indústrias internacionais e pouca proteção para a indústria nacional, o que gerou um número enorme de falências no parque industrial nacional.

Segundo os autores, a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional, que se deu em duas etapas, sendo a primeira logo depois do pós-guerra, onde os Estados Unidos da América começaram a investir e implantar filiais e comprar empresas nos países da Europa e no Japão, porém esses países conseguiram se recuperar e passaram a competir com os Estados Unidos. A segunda etapa tem início porque esses mercados estavam saturados e a mão-de-obra muito cara e bem organizada, assim essas multinacionais como resposta começaram uma transferência em grande escala de suas linhas de produção industrial para os países subdesenvolvidos e semi-industrializados, como o Brasil, provocando assim um agravamento das falências das fábricas nacionais e um aumento ainda maior do número de desempregados, já que essas novas empresas internacionais não necessitam de muita mão de obra, sendo que esse número de desempregados só não foi maior devido a um aumento dos postos de trabalho no setor de comércio, prestação de serviços, social, bancário e financeiro.

Essa nova conjuntura apresenta algumas mudanças no cenário mundial, a primeira é a passagem do capitalismo denominado de competitivo ou liberal, para o monopólico¹, que traz em si mudanças nas regras da competição, pois se nos mercados competitivos, muitas pequenas empresas concorriam entre si, já no mercado monopólico não há espaço para pequenas empresas, sendo a competição feita por poucas grandes empresas multinacionais, ou nem há concorrência. Outra mudança significativa ocorreu na gestão das indústrias, pois no capitalismo competitivo as pequenas fábricas eram geridas por um número muito pequeno de pessoas, geralmente o

¹ Ver Braverman (1974)

dono, assim esse poder mantinha-se na família, enquanto que no capitalismo monopólico, devido a sua magnitude do tamanho e sua descentralização territorial, é comandado por administradores profissionais, que se baseiam nas gestões científicas do trabalho, que causaram um aumento da precarização do trabalho e de suas relações (Singer, 1987; 1999).

Singer (1977; 1999) faz uma distinção entre emprego e ocupação, sendo o primeiro caracterizado como atividade produtiva em que o trabalhador vende sua força de trabalho por um salário, tipo de trabalho mais comum nos países capitalistas, porém apesar dessa ser a forma mais comum de trabalho atualmente não é a única. A ocupação é entendida como qualquer forma de trabalho onde não há o contrato de assalariamento, como pode ser visto na agricultura, cooperativismo e nas pessoas que trabalham por conta própria, sendo que essas duas possibilidades de trabalho se relacionam como se fossem dois lados de uma gangorra, quando um está em ascensão, o outro está em recessão, e vice-versa.

O capitalismo apresenta-se como um sistema econômico que tem como base a propriedade privada dos meios de produção, o que dá aos seus detentores o direito de gerência sobre os que estão empregados em seus domínios, cabendo aos que não são detentores da propriedade, vender seu único bem, a força de trabalho, em troca de um salário. Assim, Borges e Yamamoto (2007) assinalam que, para Marx, o trabalho que deveria ser humanizador, sob a égide do capitalismo transforma-se no seu contrário, pois quando assume a forma de mercadoria transmuta-se em:

- (1) alienante, porque o trabalhador desconhece o próprio processo produtivo e o valor que agrega ao produto, além de não se identificar com os produtos de seu trabalho; (2) explorador, devido os objetivos de produção da mais-valia vinculada ao processo de acumulação do capital; (3) humilhante porque afeta negativamente a auto-estima, (4) monótono em sua organização e conteúdo da tarefa; (5) discriminante, porque classifica os homens à medida que classifica os trabalhos; (6) embrutecedor, porque, longe de desenvolver as potencialidades, inibe ou nega sua existência por meio do conteúdo pobre, repetitivo e mecânico das tarefas; e (7) submisso pela aceitação passiva das características do trabalho e do emprego, pela imposição da organização interna do processo de trabalho, pelas relações sociais mais amplas e, especialmente, pela força do exército industrial de reserva (p.33-34)

2. Cooperativismo

2.1 - Primórdios do cooperativismo

Rios (1987) aponta que cooperativismo é um desses conceitos/palavras mágicas, que servem para tudo, uma chave mestra que abre todas as portas, remédio para todos os males, usada para vários interesses, que por vezes são antagônicos, pois como exemplifica o autor, ao mesmo tempo que as cooperativas apareciam nos documentos de reforma agrária da Aliança para o Progresso lançada pelo presidente Kennedy, como uma tentativa de neutralizar a repercussão da revolução Cubana na década de 1960 na América latina; as cooperativas agrícolas davam forma a face socialista no Vietnã. Para Rios (2006):

O conceito de cooperação só tem utilidade se não for pensado abstratamente, isto é, pouca valia tem um suposto processo social de cooperação, considerado isoladamente, desencarnado, desvinculado de um determinado contexto histórico-social. Ocorre que é muito comum esse tipo de reflexão abstrata preceder em certos textos didáticos, ou mesmo acadêmicos, à guisa de introdução ao tema «cooperativismo». Num certo sentido é como se fosse dito: antes de falarmos de cooperativismo como prática, vamos falar um pouco de teoria da cooperação. Aí entra o conceito, como uma espécie de qualidade humana universal e que apenas necessitaria ser operacionalizada nas instituições chamadas cooperativas. É como se à raiz comum das palavras cooperação/cooperativismo correspondesse na realidade a uma espécie de vocação natural do ser humano, as cooperativas sendo apenas a expressão natural e decorrente daquela vocação humana e universal. É esse o pensamento abstrato, que tem como consequência a inexistência de pontes entre o pensar e o agir. (p.1-2)

Assim, para um melhor entendimento da evolução do cooperativismo no Brasil e no mundo, é preciso apreendê-lo na sua totalidade, atentando ao contexto sócio-histórico na qual ele está imerso, na sua relação com as elites e com o Estado, e nos

interesses que os guiam, pois será isso que definirá se o processo cooperativista, em um dado momento, seguirá no caminho de uma transformação revolucionária, apresentando-se como uma alternativa econômica e social superior ao capitalismo ou será apenas uma extensão emergencial, que “*não passará de uma forma complementar da economia capitalista, cuja existência será funcional para preservar-lo*” (Singer, 2002, p.114).

Apesar de sabermos que há relatos de experiências de cooperação existentes em todas as sociedades que se tem notícia (Teixeira, 2007). Singer (1998; 2002) e Rios (1987) apontam que a difusão do cooperativismo revolucionário, que se caracteriza pela propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa, surge no seio do nascente capitalismo industrial Europeu do século XIX, como uma resposta reativa as condições de extrema exploração então existentes.

Segundo Teixeira (2007), infere-se que as cooperativas se originaram do desdobramento dos *trade clubs*, que eram sociedades de ajuda mútua, formada por trabalhadores que se uniam em associações para tentar se proteger dos efeitos deletérios do então nascente capitalismo industrial, sendo que essas associações futuramente ainda se desdobrariam nos sindicatos, daí a confluência entre os pensamentos sindicais e cooperativistas nessa época. Mas, essas associações operárias iniciaram-se de forma secreta e clandestina, já que até 1826 na Inglaterra e 1884 na França, era expressamente proibido por lei esse tipo de associação, prevendo-se severas penas para os infratores (Rios, 1987).

O cooperativismo nessa época teve como seus principais teóricos os chamados socialistas utópicos, Robert Owen na Inglaterra e Charles Fourier na França (Singer, 2002). A influência teórica, financeira e política de Owen propiciaram o surgimento de muitas cooperativas na Inglaterra, dentre elas a mais famosas foi Rochdale, que por mostrar capacidade de adaptação à economia de mercado, tornou-se assim modelo para as cooperativas que a sucederam (Teixeira, 2007). Para Singer (1998, 2002), outro legado que Rochdale deixou para seus sucessores foram suas oito regras, que se formaram provavelmente da síntese das diversas experiências cooperativistas independentes, e que ficaram imortalizadas como os princípios universais do cooperativismo, que apesar de parecerem óbvios nos dias de hoje, representaram uma criação muito importante para a época.

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso é conhecido como o da ‘porta aberta’; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas a cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) o produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões políticas religiosas e políticas.(Singer, 2002, p.39-40)

Segundo Barreto e Paula (2009), a Aliança Cooperativa Internacional, em um congresso realizado na cidade de Manchester na Inglaterra, aprovou em 1995 a atual carta de princípios do cooperativismo, que se mantém em confluência com os princípios de Rochdale, mantendo assim seu caráter igualitário e democrático, sendo eles: “*a adesão voluntária e aberta; controle democrático por parte dos membros; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre as cooperativas e interesse pela comunidade*” (p. 202)

O desfecho de Rochdale e do cooperativismo na Inglaterra pode ser analisado de dois pontos de vista; um que mostra que a evolução do cooperativismo inglês, apesar de não conseguir superar o capitalismo, inegavelmente o transformou (Rios, 1987), e um que avalia que o capitalismo coopta as experiências econômicas bem-sucedidas, transformado-as em empreendimentos capitalistas. Assim, o movimento cooperativista inglês que nasceu como uma forma de contestação dos efeitos do capital, e que sofreu repúdio e fortes represálias do mesmo na sua fase inicial, ao difundir-se pelo mundo se adaptou satisfatoriamente às necessidades do capitalismo (Teixeira, 2007). O que não poderia ser diferente no Brasil, como mostra Rios (1987):

A história das instituições latino-americanas está cheia de “transplantes culturais” o que prova ser o caso do cooperativismo apenas mais um exemplo. Assim, importou-se para o Brasil, no século passado de economia baseada na mão-de-obra escrava, a fórmula européia de governo da monarquia constitucional, isto é, com um parlamento. Os parlamentares latifundiários dessa monarquia “moderna” se autocolocaram as etiquetas da moda européia: “liberal” e “conservador”. A República não foi fruto entre nós nem de um movimento revolucionário, nem de uma guerra de independência. Surgiu de um golpe militar ao qual “o povo assistiu bestificado”, segundo uma expressão conhecida. A nossa legislação trabalhista do Estado Novo getulista inspirou-se no facismo italiano. A social-democracia européia: foi “traduzida” entre nós pelo PSD dos

“coronéis” e das “raposas políticas”. Do trabalhismo inglês chegou-se ao PTB peleguista. Para arrematar, um golpe militar conservador vira “revolução” ... Por que com o cooperativismo seria diferente? Seria bem estranho que o fosse.(p. 50)

2.2 - Cooperativismo no Brasil: entre a vertente tradicional e a solidária

Enquanto na Europa o movimento cooperativista é eminentemente urbano, advindo de um movimento social operário de contestação do capitalismo, no Brasil o cooperativismo se inicia como um movimento conservador da elite, que vai se localizar, sobretudo, no meio rural, mas não com um caráter de reforma agrária, pois o mesmo se esgota nas pretensões de modernização e produção em larga escala dos grandes latifundiários. O tipo de cooperativismo que predominou no campo brasileiro, a opção por cooperativas de serviço em detrimento das cooperativas de produção, tem um sentido de ser, ou seja, as cooperativas prestam seus serviços aos latifundiários detentores da terra, o que se trata de um modelo que se adequa perfeitamente aos produtores latifundiários, já que eles não precisam contratar funcionários, bancando seus custos, e esse modo cooperativista não traz em si a questão da luta pela reforma agrária, servindo mais como um instrumento de controle do que de mudança social (Rios, 1987).

Singer (2002) aponta que nas cidades haviam poucas cooperativas, e elas se concentravam no ramo de consumo, sendo que essas cooperativas eram negócios que serviam para proteger os trabalhadores da carestia dos produtos, porém nem as cooperativas de consumo, nas cidades, nem as cooperativas de serviço, no campo, eram autogestionárias, sendo que sua direção e as pessoas que as operavam eram assalariadas.

Como indica Rios (1987), o cooperativismo de elites apresenta-se como tendo uma dupla utilidade: econômica, já que funciona de maneira rentável para os que antes de serem cooperados são empresários capitalistas; e política, pois serve como um norte

de esperança para os que não podem competir individualmente, apresentando-se como um engodo perverso, já que:

A “doutrina cooperativista” acena com esperança para os que não são capitalistas. “Faz de conta” que os não-capitalistas são empresários, via associação dos mesmos à pessoa jurídica cooperativa. “Vende” a imagem da colaboração entre classes como se os interesses diversos “se dissolvessem” na cooperativa. Finalmente, manipulando uma ideologia igualitária prioriza de fato os negócios individuais e os privilégios de classe. Há, pois, um casamento conveniente, explícito ou implícito, entre o “congelamento” de uma experiência social contestatória por meio de uma “doutrina” e o cooperativismo elitista. (p. 57)

Assim, não é de se espantar que até 2003, a responsabilidade em relação às cooperativas estivesse sob a tutela do Ministério da Agricultura, sendo que só a partir desse ano é que foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que subordina-se ao Ministério do Trabalho, e tem por objetivo o fomento da economia solidária e do cooperativismo nos seus diversos ramos (Teixeira, 2007).

Segundo Esteves (2004) e Cots (2007), só a partir da constituição de 1988, que foi possível a reinvenção do cooperativismo, já que ela garantiu que a criação de cooperativas e associações independeriam de autorização do Estado, sendo vedada à interferência estatal em seu funcionamento, sendo que antes de 1988 a lei do cooperativismo:

Condicionava o funcionamento de cooperativas à aprovação do órgão de registro e regulação estadual, as OCE’s (Organização das cooperativas do respectivo estado). Estas instituições geralmente impediam a constituição de cooperativas com um mesmo quadro e objeto social em uma mesma área de atuação, alegando que tal “sobreposição” era contraditória aos princípios do cooperativismo, resguardando assim, a unicidade do sistema cooperativista e a hegemonia das grandes cooperativas. Foi a livre associação que possibilitou o surgimento de uma enormidade de experiências alternativas, e concorrentes, ao cooperativismo dito “oficial”. (Esteves, 2004, p. 7)

Essa abertura na legislação proporcionou uma divergência entre a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), criada na lei nº 5.764, que foi promulgada em dezembro de 1971, pelo governo militar, num momento de forte controle estatal com o intuito de ser uma representação única do cooperativismo nacional, e as formas

alternativas que surgiram posteriormente a 1988, que se denominavam como movimento de Economia solidária (Teixeira, 2007).

Segundo Rios (1987), Singer (2002), Pinho (2004), Teixeira (2007) e Carvalho (2008) o cooperativismo no Brasil apresentou-se historicamente em duas vertentes: uma denominada tradicional ou pioneira, que foi supra apresentada nesse capítulo, e tem como características, a forte influência das elites, não ser autogestionária, ter forte controle estatal, ser centralizada e concentrar-se no meio rural; a outra vertente, denominada de solidária, apresenta-se como um contraponto reativo a essa vertente tradicional, começando suas atividades na década de 1980 e se multiplicando vertiginosamente a partir da década de 1990, principalmente no meio urbano em decorrência do contexto de desemprego que se intensificava no Brasil.

As cooperativas que se orientam por essa nova vertente, denominam-se como empreendimentos de economia solidária e seu fazer está fundamentado em três princípios norteadores, que estão ancorados nos princípios de Rochdale, que são o modo democrático de gestão, de propriedade e de divisão de suas sobras econômicas. O primeiro ponto garante o caráter autogestionário do empreendimento, ou seja, todos são responsáveis pela gestão; o segundo fundamento avaliza que a propriedade da cooperativa é coletiva; e o terceiro ponto garante aos cooperados uma divisão mais justa dos rendimentos do empreendimento (Carvalho, 2008).

Para Singer (2002), Esteves (2004), Pecht (2005), Teixeira (2007) e Carvalho (2008), temos diversas iniciativas de segmentos da sociedade brasileira que vêm se dedicando ao fomento e a difusão da economia solidária, entre as quais podemos citar: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); as ações da Cáritas, entidade da Igreja Católica; as universidades por meio das ITCP's (incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares); órgãos governamentais, como o SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), fundamental no desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam essa economia; instituições como a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas) e UNISOL (Central Cooperativa e Empreendimentos Solidários) que ajudam no fomento a economia solidária; Sindicatos; FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária); e os trabalhadores que organizados coletivamente assumiram a massa falida das empresas

que trabalhavam, mantendo não só seus postos de trabalho, mas principalmente mostrando que um outro modo de produzir é possível.

Esteves (2004) assinala que há diversas formas de empreendimentos cooperativos que se dividem basicamente em quatro grupos, sendo elas:

Cooperativas de consumo: são cooperativas que organizam consumidores de determinados produtos ou serviços (gêneros alimentícios, habitação, educação saúde etc.), que juntos tem maior poder de negociação com o mercado; Cooperativas de comercialização: também chamadas de “compra e venda”, de um lado reúnem, padronizam e vendem a produção individual ou familiar dos cooperados (agricultura, artesanato, serviços etc.), e de outro, compram insumos e matérias – primas e repassam aos cooperados; Cooperativas de crédito: nas quais os cooperados depositam suas economias e/ou tomam os empréstimos de que necessitam. As cooperativas de crédito são o único tipo de cooperativas que pode operar apenas com seus sócios, sem necessidade de operar com o mercado para realizar seus objetivos; Cooperativas de produção: são aquelas nas quais os cooperados produzem coletivamente algum objeto e/ou serviço que vendem a terceiros (algum mercado específico), sendo remunerado por seu trabalho para a cooperativa. (Esteves, 2004, p.13-14)

O objeto de estudo desse trabalho são as fábricas recuperadas, que fazem parte do grupo das cooperativas de produção. Porém, antes de passarmos para o próximo capítulo, onde estudaremos com mais profundidade esse tipo específico de empreendimento solidário, vamos fazer uma ressalva indicada por Novaes (2007a), onde o autor aponta que dentre as pesquisas realizadas até o momento verifica-se uma confluência em três tendências.

O primeiro grupo de pesquisadores aponta uma visão otimista da situação das fábricas recuperadas, afirmando que tudo mudou depois do arrendamento e/ou aquisição dos meios de produção por parte dos trabalhadores. Já o segundo grupo, apresenta uma linha de pensamento pessimista, onde dizem que nada mudou, pois as fábricas recuperadas estão imersas em um sistema produtor de mercadorias e que a relação capital-trabalho se reproduz seja, na empresa tradicional, seja no empreendimento solidário recuperado.

Enquanto a segunda tendência fecha os olhos para as possibilidades que esses empreendimentos têm de dissolver o caráter de mercadoria da força de trabalho, diminuindo a alienação; a primeira ignora os entraves para a emancipação dos

trabalhadores que a não generalização da expropriação dos expropriadores representa (Novaes, 2007a).

Assim, para Novaes (2007a) uma via argumentativa que se apresenta como interessante, e que traz em si uma síntese dialética das outras duas, é a tendência norteada por Vieitz e Dal Ri.

Para os autores, há mudanças nas FRs [fábricas recuperadas], principalmente na organização e nas relações de trabalho, bem como na gestão. No entanto, eles afirmam que as modificações realizadas até agora não dão conta de transformar a essência das FRs – produção de mercadorias, supremacia dos quadros, etc. A possibilidade de avanço estaria na articulação das FRs com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, e em uma visão e um programa de modificação da sociedade, e não apenas das unidades produtivas.(Novaes, 2007a, p.85-86)

3. Fábricas Recuperadas e as diferentes formas de gestão do trabalho

3.1 - O movimento das Fábricas Recuperadas

Dentre as formas de expressão da economia solidária supracitadas, estudaremos com mais profundidade nesse trabalho as fábricas recuperadas, empreendimentos econômicos que possuem a peculiaridade de serem cooperativas que foram formadas a partir da estrutura física e com os funcionários de uma empresa tradicional, como podem ser visto no fragmento abaixo.

Após uma longa decadência, muitas vezes falimentar, de uma empresa privada (de capital aberto ou fechado), segue-se um período de trabalho em condições precárias – seja por abandono do proprietário ou por algumas formas de co-gestão – e um outro de impedimento ao trabalho, muitas vezes com lacração da empresa. Finalmente ocorre a assunção da empresa pelos trabalhadores, através da constituição e autogestão de uma cooperativa, que aluga a massa falida da antiga empresa ou realiza um arrendamento mercantil da mesma. (Esteves, 2004, p.10)

Pode-se observar em Esteves (2004) e Pecht (2005) que a maioria dos trabalhadores desse tipo de cooperativa passa por uma história conjunta de adesão e luta pelo direito de trabalhar, que tende a formação de um coletivo mais unido. Temos ainda o fato de que os cooperados, ao assumirem a fábrica que trabalhavam antigamente, se vêem agora com uma dupla função, a de trabalhador que já exerciam na antiga empresa e a de sócio que tem direitos nas tomadas de decisões que serão realizadas no empreendimento.

Como apresentam Storch (1987), Esteves (2004), Oliveira (2005) e Pecht (2005), as cooperativas industriais ao contrário das outras formas de cooperativismo são

expressões novas, tendo seu surgimento no Brasil com alguns poucos casos registrados nos anos 70 e 80 e somente nos anos noventa encontra seu momento de expansão, devido principalmente a adoção do modelo neoliberal, que visou à abertura para as empresas de outros países, o que gerou a falência de muitas empresas nacionais que não conseguiram concorrer com as empresas internacionais.

Valmor Schiochet (2006), diretor de Estudos e divulgação da SENAES/MTE (Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego), apresenta os dados sobre fábricas recuperadas obtidos no último mapeamento² de empreendimentos de economia solidária publicado até agora, que foi feito de 2003 até 2005, sendo que a partir desse estudo foi construído o Sistema Nacional de Informações em economia Solidária (SIES). Nesse mapeamento foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários, das quais 134 são fábricas recuperadas, que contam com um montante de 11.348 sócio-trabalhadores, onde apenas dois desses empreendimentos estavam articulados em redes ou organizavam-se em torno de cadeias produtivas.

Segundo Schiochet (2006), as empresas recuperadas estão distribuídas regionalmente da seguinte forma: 10 na região Norte, 38 na região Nordeste, 34 na região Sudeste, 46 na região Sul e 46 na região Centro Oeste. Dentre os setores de atuação econômica com maior incidência de fábricas recuperadas, temos o setor têxtil com 29 empreendimentos, seguido do setor de alimentação com 25, agricultura com 20, metal-mecânico e materiais elétricos com 14 e mobiliário com 9.

O mapeamento mostrou que as empresas recuperadas são majoritariamente urbanas com uma incidência de 54,5%, sendo 11,9% de empresas com atividades rurais e urbanas e 33,6% dos empreendimentos com atividades exclusivamente rurais. O estudo apontou também o caráter recente desse tipo de empreendimento solidário e a incidência de novos casos nas últimas décadas, sendo que *“apenas 21 experiências tiveram o seu surgimento assinalado entre 1976 e 1994. Entre 1995 e 2000 verificou-se o maior percentual de início de processos de recuperação de empresas, com 62 casos. E no último período, entre 2001 e 2005, foram registrados 50 casos de empresas falidas recuperadas pelos trabalhadores”* (Schiochet, 2006, p.49)

² Para ver o mapeamento completo acessar www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp.

Para Novaes e Sardá (2010) as experiências brasileiras de fábricas recuperadas surgiram como um caminho oposto ao intenso processo de desestruturação e precarização do trabalho que foi ditado pelo neoliberalismo, que tinha como características a redução de custos e postos de trabalho, flexibilização, abertura comercial, aperto fiscal e enxugamento de certas funções sociais do Estado.

Porém, como já antecipa em seu título *“De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina”*, Novaes (2007a) aponta que estamos entrando num momento de refluxo do movimento das fábricas recuperadas, que após uma fase de expansão na década de 1990, atualmente vive um momento delicado de isolamento frente ao oceano capitalista

As fábricas recuperadas, segundo Novaes (2007a), estão num momento de refluxo principalmente por ser uma estratégia defensiva de manutenção dos postos de trabalho. Para exemplificar essa afirmação, o autor se utiliza de uma pesquisa de Gino Germani, onde foi perguntado para trabalhadores de fábricas recuperadas se era legítimo ocupar fábricas que não fecharam, sendo que 90% dos trabalhadores responderam que não era legítimo ocupar fábricas que fossem produtivas.

Assim, com a aparente superação de mais uma crise do capital, a amenização do quadro de desemprego e a relativa diminuição de fábricas fechadas, a tendência desse movimento é a extinção, ou ser usado como remédio para os males do sociometabolismo do capital (Novaes, 2007a). Novaes e Sardá (2010) apontam que, além dos fatores supramencionados, o refluxo das fábricas recuperadas se deve a:

a) à naturalização da organização do processo de trabalho pelos cooperados; b) ao fetiche da tecnologia, que leva a que se acredite que a última tecnologia é sempre a melhor e se ignore seu caráter relacional; c) ao tempo necessário para uma transformação significativa das forças produtivas e da forma de repartição do excedente; d) aos constrangimentos impostos pelo “mercado” capitalista e; e) ao momento extremamente defensivo enfrentado pela classe trabalhadora, caracterizado pela perda de direitos trabalhistas, fragmentação das lutas e super-exploração do trabalho. (p.13)

Além, da hipótese do contexto defensivo das fábricas recuperadas, Novaes (2007a) indica que as pesquisas apontam que pode haver ainda outras três hipóteses sobre os motivos que levam os trabalhadores a não desconstruir o processo de trabalho que vigoravam na antiga empresa, e que se mantém vigente na cooperativa:

Poderíamos especular também que os trabalhadores deixam de acreditar no mecanismo da assembléia quando percebem que se trata de algo *figurativo*, sem poder de mudança, apesar do *parlamentarismo* das cooperativas. Outra possibilidade, mais provável, advém da *naturalização* do processo de trabalho e a *ausência* do conhecimento técnico necessário para transformá-lo. Uma hipótese menos provável afirmaria que o uso das assembléias e dos mecanismos de decisão (em assuntos referentes ou não ao processo de trabalho) requer treino e tempo, uma vez que a divisão do trabalho heterogestionária foi concebida ou conformada assim. (p.80)

Porém, como adverte Novaes (2007b) em sua pesquisa com fábricas recuperadas situadas no Brasil, Argentina e Uruguai, esses empreendimentos solidários são capazes de realizar mudanças substantivas no processo de trabalho, principalmente nos aspectos referentes a: *software*, que são transformações ligadas à cultura da organização, como repartição de salários de forma mais próximas ou igualitárias e os excedentes ou fundos, divididos igualitariamente ou proporcionais, uma adequação maior da fábrica aos interesses do trabalhador, como pode ser visto na melhoria dos refeitórios, eventos culturais na cooperativa, etc., e ainda temos uma ascendente apropriação do conhecimento do processo produtivo; *orgware*, que está relacionado à apropriação do conhecimento do processo produtivo, mas com modificação da divisão do trabalho; e *hardware*, que está ligado à aquisição de maquinário, às suas adaptações e ao seu repotenciamento .

3.2 – modelos de gestão do trabalho

A partir do contexto apresentado acima, Pecht (2005) apresenta que o surgimento dos empreendimentos autogestionários estão ligados a uma forma alternativa de fugir do crescente desemprego e do trabalho informal. Observa-se, então, que muitos empreendimentos solidários “*são formados sobre a urgência da geração de emprego e que, por essa razão, acabam deixando de lado a preocupação com a autogestão, tão cara às propostas da economia solidária, o que confere uma outra feição a estes empreendimentos*” (Oliveira, 2005, p.24).

Para entendermos a prática autogestionária, é necessário caracterizá-la e diferenciá-la de outras formas de gestão existentes. Para tanto, utilizaremos a conceituação do núcleo de gestão da ITCP-USP (incubadora tecnológica de cooperativas populares da universidade de São Paulo), que trabalha com a pesquisa, formação e incubação de cooperativas.

Heterogestão: ocorre quando a empresa é gerida por outra pessoa que não o trabalhador, que pode ser um gerente (diretor, administrador, engenheiro) e/ou pelo(s) dono(s) da empresa. A heterogestão é o modelo de gestão mais comum encontrada nas empresas. É o oposto da autogestão.

Participação: restringe-se à participação do trabalhador em alguma atividade ligada à gestão de forma individual, na qual o trabalhador precisa ter interesse e empenho. A participação na empresa deveria ser de forma espontânea, mas na verdade essa participação acaba sendo imposta pelo dono ou diretores. A motivação para participar é conseguida com a participação de lucros, tendo-se, então, que a colaboração e o empenho do trabalhador são remunerados pela empresa. Nesta modalidade de gestão prevalece a heterogestão.

Co-gestão: caracteriza-se por uma maior participação do trabalhador que não está apenas interessado na participação nos lucros. A participação aqui se manifesta na organização do trabalho (na maior parte dos casos) e/ou nas questões políticas globais da empresa (co-direção). Esses tipos de participação são conseguidos motivando-se os trabalhadores a atenuar a monotonia de suas tarefas, mobilizando-os numa forma de auto-organização da produção.

Autogestão: é a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas idéias gerais são: fim do assalariamento; organização do trabalho com base na gestão democrática; eliminação da hierarquia; decisões tomadas por democracia direta. (núcleo de gestão et al, 2007, p.16-17)

Assim, antes de falarmos mais detidamente sobre o modelo autogestionário, faz-se necessário uma breve explanação sobre o modelo de gestão capitalista, já que como assinalam Barreto e Paula (2009), apesar dos trabalhadores estarem inseridos na economia solidária, eles muitas vezes não conseguem se desvincular das características do capitalismo, o que corrobora com o pensamento de que:

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da velha forma, a primeira ruptura da velha forma, embora elas naturalmente reproduzam e tenham de reproduzir em todo lugar, em sua organização real, as mazelas do sistema existente (Marx, 1980, apud Esteves, 2003, p.274).

Como lembra Braverman (1974) “o verbo *to manage* (administrar, gerenciar), vem de *manus*, do latim *mão*. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas andaduras, para fazê-lo praticar o *manège*” (p.68). Assim, como o cavaleiro utiliza-se de rédeas e outros artefatos para adestrar e impor sua vontade ao cavalo, o capitalismo por meio da gerência, empenha-se em controlar o trabalhador, pois para o autor “o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais, como foi reconhecido implícita, ou explicitamente por todos os teóricos da gerência” (p.68).

Assim, não é de se estranhar que um grande número das primeiras fábricas estavam associadas a prisões, reformatórios e orfanatos, e que as gerências utilizavam-se de métodos coercitivos para habituar os empregados às suas tarefas e para mantê-los trabalhando por longos períodos, quadro que apesar de sofrer mudanças ao longo do tempo, mantém ainda em si sua essência primitiva, sendo que o modelo de gestão científica do trabalho vem para ratificar uma tendência de divisão do trabalho em planejamento e execução (Braverman, 1974).

Como aponta Santos (2007), é importante salientar que os modelos de gestão não são apenas conjuntos inócuos de técnicas e de produção, como insistem em salientar os teóricos liberais, pois esses diferentes modelos não reverberam só no modo de produção do trabalho, mas sim na integralidade da vida.

Devido ao tempo e ao enfoque desse trabalho, apenas explanaremos superficialmente as características principais dos dois modelos mais conhecidos de heterogestão do modo de produção capitalista, principalmente porque como afirma Barreto e Paula (2009) muitos estudos demonstram que um grande número de empresas autogestionárias mantêm esses traços culturais do sistema capitalista, sendo que estas pesquisas relatam por exemplo que alguns associados desejam a reintrodução de métodos de controle utilizados nas empresas heterogeridas.

O primeiro modelo de gestão é mundialmente conhecido pelo binômio Taylorismo-Fordismo. Para Braverman (1974) o emprego de métodos experimentais e da ciência no estudo do trabalho, que ficou conhecido como gerência científica, não começou com Frederick W. Taylor, porém seu feito foi sintetizar e apresentar essas idéias desconexas num todo coerente.

Para Braverman (1974) a sistemática de Taylor pode ser compreendida em três princípios: o primeiro princípio diz que o administrador deve assumir “*o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas*” (p.103), ou seja, cabe ao gerente a coleta e desenvolvimento dos processos de trabalho, e por consequência uma ausência desses conhecimentos entre os trabalhadores operacionais.

No segundo princípio, Taylor aponta que “*todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto*” (p.104), vemos nesse princípio uma clara separação entre concepção e execução do trabalho, cabendo aos primeiros, os gerentes, a organização e fiscalização do processo produtivo, e aos segundos, os operários, a sua operacionalização (Braverman, 1974).

Braverman (1974) assinala que no terceiro princípio Taylor indica que o gerente, munido do conhecimento produtivo, primeiro princípio, deve utilizar-se desse monopólio para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de produção, através de tarefas minuciosamente planejadas. Segundo Borges e Yamamoto (2007), o conjunto das concepções de Taylor propõe:

A substituição dos métodos tradicionais (oriundos da experiência prática) pelos científicos, com a adoção do método dos tempos e movimentos para eliminar os movimentos desnecessários e substituir os movimentos lentos e ineficientes por rápidos (...) Para tanto, é necessário a máxima decomposição de cada tarefa em suas operações mínimas e a cronometragem de cada movimento do operário na execução das operações. Radicaliza a divisão entre concepção e execução do trabalho ou entre gerência e trabalhadores (...) Tem, portanto, na padronização, no parcelamento e na separação da concepção da execução do trabalho os principais recursos instrumentais para aumentar tanto a produção quanto o controle sobre ela. (p.35)

Na outra parte do binômio temos Henry Ford, que de forma paralela e independente de Taylor, porém na mesma perspectiva integrativa e movido pela preocupação do combate aos “*tempos mortos*”, trouxe suas contribuições tanto no campo das inovações tecnológicas de mecanização quanto no econômico, já que com o advento da produção em massa Ford afetou as normas de consumo, do trabalho e da vida (Borges e Yamamoto, 2007). Sendo que para Santos (2007) mediante a introdução da cadeia de montagem Ford conseguiu dar mais efetividade ao desenvolvimento

inovador de Taylor, levando do ponto de vista do capital, o modo de produção a uma espécie de perfeição.

Assim, a defesa de uma supervisão estrita do trabalho traz em si uma concepção de trabalho hierarquizado e/ou subordinado, que se baseia em uma visão dualista do ser humano, que ao unir-se a padronização e ao engessamento da linha de produção, onde o operário fica preso ao ritmo da máquina, *“conduziram à máxima coisificação, tanto do trabalho como do trabalhador, que passou a ser visto como um entre outros fatores de produção”* (Borges e Yamamoto, 2007, p.35).

Santos (2007) assinala que, apesar desse modelo ter gerado bons resultados ao capital, a partir da década de 1970 começou a entrar num processo de esgotamento, embora não tenha sido totalmente superado pelo modelo toyotista, sendo que essa Transição de paradigma gerencial ficou conhecida como reestruturação produtiva. Assim, a principal diferença entre os dois modelos é que o toyotismo tem por característica e objetivo:

Realizar uma produção somente do necessário no menor tempo possível. É o just-in-time. Ao contrário do fordismo, em que a produção determina a demanda, no toyotismo, a demanda determina a produção, isto é, só se produz o que é pedido, por isso se produz mais rápido e melhor. O just-in-time caracterizou o fim da produção em massa, pois esse processo dedicou-se à necessidade de atender a um público que pedia produtos diferenciados em pequenas quantidades, fazendo, assim, com que as empresas competissem entre si para ver quem era melhor e mais rápido. O principal meio de implantação do just-in-time é o kanban, que é uma espécie de cartão de controle de ida e vinda de mercadoria. Trata-se de uma técnica de gestão de materiais e de produção no momento exato (Just-in- time) que é controlado através do movimento do cartão – kanban. (p.83)

Para Busnardo (2003), as transformações advindas da reestruturação produtiva³ afetaram a estrutura de produção, a atividade de trabalho, como os próprios trabalhadores, inclusive no âmbito pessoal. Segundo Antunes (1995), no toyotismo temos uma forma de sujeição qualitativamente diferente daquela vista no fordismo, pois

³ Para uma leitura mais aprofundada dos efeitos psicológicos e sociais da reestruturação produtiva no trabalhador ver Bernardo (2009a)

enquanto no modelo fordista temos uma lógica mais despótica, na qual o executor do trabalhador é obrigado explicitamente a se sujeitar a normas estabelecidas, o modelo toyotista existe um envolvimento cooptado, onde para conseguir essa cooptação, as empresas se utilizam de mecanismos que obedecem a uma lógica mais manipulatória, que se afirma, sobretudo, pela mudança no discurso de gestão.

Assim, vemos uma mudança que visa a uma transformação no imaginário do trabalhador, que leve a uma melhor sujeição deste. Para isso, o modelo de gestão Toyotista utiliza-se da conversa e do trabalho em grupo, sendo que a autoridade está agora associada à competência e a qualidade, ou seja, qualquer um pode discordar do superior, desde que seja para trazer mais qualidade e produtividade ao processo produtivo, assim esse relativo poder que é concedido ao grupo é na verdade a voz da produtividade que se expressa através da fala do próprio operário (Busnardo, 2003).

Busnardo (2003) e Bernardo (2009b) apontam que o sistema toyotista assinala aos trabalhadores a ilusão da coincidência entre seus próprios interesses e os da empresa, sendo que o conflito entre esses dois interesses antagônicos acaba sendo mascarado, por esse novo paradigma. Outro ponto importante do modelo de gestão toyotista se dá na relação chefe-empregado, já que parece estar havendo cada vez mais uma despersonalização do papel do supervisor, sendo que esse controle se dá de forma individual, já que está passando a operar internamente nos trabalhadores, através da internalização do controle na subjetividade dos operários. No âmbito grupal, vemos um deslocamento do conflito chefe-operário para operário-operário, já que no toyotismo prima-se pelo modelo de ilhas produtivas, onde os funcionários são responsáveis pela fiscalização/conferência da produtividade do trabalho da célula produtiva que o abastece.

Esse discurso de maior flexibilidade do trabalho e do processo de gestão serve como propaganda que visa tanto o exterior das empresas, pois passa a imagem de empresas que estão preocupadas com a valorização dos trabalhadores, agora chamados de colaboradores; quanto aos objetivos internos, já que buscam por meio desse discurso atestar aos trabalhadores sua satisfação e felicidade com esse novo tipo de trabalho. Assim, mediante tal prática as empresas buscam uma nova forma de controle do trabalhador, que agora não se exerce apenas nos corpos, mas também nos espíritos destes (Bernardo, 2009b). Sendo que, para autora:

Nas últimas décadas, tem-se observado nos meios de comunicação e, sobretudo, na literatura de gestão empresarial o predomínio de um discurso que afirma a superação do rígido taylorismo-fordismo por um modelo de organização do trabalho mais flexível, que também seria mais humanizado. Tal discurso assimila temas que, historicamente, fizeram parte das reivindicações de trabalhadores organizados, tais como participação, trabalho em equipe e autonomia. (p.93)

Deste modo, para Bernardo (2009a), esse novo modelo de gestão, além de manter os mecanismos disciplinares do fordismo, como a definição de tempos e métodos, acrescenta-lhe mecanismos de controle sofisticados, como a avaliação individual e o inter-controle dos trabalhadores por seus próprios colegas, o que não visa mais moldar o trabalhador a uma função específica, mas sim modulá-lo de forma a obter colaboradores flexíveis que coloquem além da sua força de trabalho corporal, sua criatividade e inteligência à disposição da “*família-empresa*”. Assim, em uma das conclusões de seu livro, a autora aponta que:

O que caracteriza a organização do trabalho nessas empresas [que passaram pela reestruturação produtiva] não é a substituição do taylorismo-fordismo por um “novo” modelo, mas sim o aperfeiçoamento deste com a inclusão da inteligência e do saber do trabalhador como um “capital imaterial” também a ser explorado. (p.182)

Mascarenhas (2007) indica que os empreendimentos solidários atuais se diferenciam das formas de cooperativismos tradicionais e das empresas capitalistas especialmente pela sua busca constante pela autogestão. Autogestão que apresenta-se muitas vezes envolta de mitos, principalmente no início do processo de formação da cooperativa autogestionária. Dentre os mitos mais freqüentes que intimidam e que muitas vezes são internalizados pelos cooperados estão o de que “*os trabalhadores não são vistos como capazes de lidar com a gestão, ou pensam que não tem competência para aprendê-la, ou não sabem que já possuem certo conhecimento da área, ou não sabem valorizá-lo.*” (Mascarenhas, 2007, p.26)

Para Castoriadis (1983), essa falta de apropriação da autogestão se dá porque vivemos numa sociedade onde a organização é hierárquica, assim, seja na escola, no trabalho, na família, na política, no Estado, etc. estamos regidos por essa lógica, que apresenta o sistema hierárquico como universal, e incute na cabeça das pessoas, há

muito tempo, *“a idéia de que é ‘natural’ que alguns mandem e outros obedeçam, que alguns tenham demais e outros não tenham o mínimo necessário”* (p.212)

Como aponta Tesch (2000), existem várias experiências/tentativas de sociedades autogeridas, como por exemplo, o governo de Tito, na Iugoslávia, que viu na autogestão uma opção ao modelo Stalinista de governo e ao capitalismo liberal. Sendo que, durante as discussões sobre a questão da democracia industrial, na década de 1970, a autogestão foi assumida pelo cooperativismo como uma tecnologia de gestão empresarial. Assim, Singer (2002) ratifica que:

A autogestão tem como mérito principal não a eficácia econômica (necessidade em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornado a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. Acontece que, até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa. (p. 21)

A igualdade na prática autogestionária dos sócios-trabalhadores que supostamente está garantida pela lei 5.764 de 16/12/1971, que assegura a representatividade através do voto individual, é a única e frágil âncora legal da igualdade nas cooperativas que é constantemente ameaçada por desigualdades técnicas, econômicas, políticas e de acesso e prática da linguagem Esteves (2003). Para o autor essas desigualdades que ameaçam as práticas autogestionárias podem se manifestar na política pelo:

Peso atribuído pelos cooperadores à fala e opinião de cada um dentro do grupo social que compõe a cooperativa, bem como do poder de persuasão e convencimento que cada cooperador possui frente aos demais. Longe de serem arenas públicas em que todos emitem opiniões que são eqüitativamente ouvidas e avaliadas para daí resultarem as escolhas de todo o coletivo, é freqüente nas cooperativas que à opinião, à fala ou à certeza de alguns seja atribuída maior legitimidade, capacidade etc. que à dos demais. (Esteves, 2003, p.273)

Para Esteves (2003), podemos ver algumas contingências jurídicas, técnicas e sociais que, se não produzem, seguramente podem promover ou induzir esta situação, sendo elas a divisão política das cooperativas (conselheiros x cooperadores), a divisão política do trabalho (cargos x funções), a divisão etária do trabalho e da cooperativa (fundadores x novatos). O autor apresenta o campo das desigualdades técnicas como o campo que “*trata das diferenças no trabalho concreto que cada cooperador realiza no interior de sua cooperativa e de como estes diferentes trabalhos são compreendidos, reproduzidos ou alterados pela cooperativa*” (Esteves, 2003, p.276), apresentando como contingentes dessa desigualdade a divisão social do trabalho (escritório x chão de fábrica) e a divisão técnica do trabalho (planejamento x execução).

O campo das desigualdades econômicas é apresentado como o campo que “*trata das desigualdades econômicas que são produzidas ou reproduzidas no cotidiano das cooperativas autogestionárias e que determinam as condições materiais de vida dos cooperadores e de seus familiares*” (Esteves, 2003. p.279), sendo apresentados como possíveis motivadores de desigualdade a divisão política da cooperativa (capital social x cota-parte) e a divisão econômica do trabalho (trabalho x remuneração). O último campo que o autor apresenta é o das desigualdades de acesso e da linguagem caracterizado como o campo que está presente em todos os outros posteriormente apresentados, pois é:

Devido ao caráter onipresente da linguagem, que sempre acompanha toda e qualquer ação individual ou coletiva, internalizada (pensamento) ou externalizada (fala e diálogo), e sendo ela uma forma de ação que pode ser transformadora ou reacionária, ativa ou reativa, produtora ou reprodutora, a linguagem está no foco da observação daqueles que pretendem compreender o fenômeno da autogestão em seus termos práticos e cotidianos, enquanto um processo de interação social humana marcada pelo constante organizar e reorganizar a ação coletiva no mercado, na fábrica, no escritório etc. e em que a fragilidade ou fortaleza do coletivo humano que é o sujeito da autogestão depende das possibilidades que este mesmo coletivo possui para lidar com a negociação dos interesses de todos os envolvidos. (Esteves, 2003, p.282)

Sato e Esteves (2002) apontam que esses conflitos que a autogestão propicia são demonstrações de que existem possibilidades de debate público das questões que acometem tanto os trabalhadores, quanto o empreendimento.

4. Considerações teóricas

4.1 - Psicologia Sócio-histórica e Dimensão Subjetiva

Como aponta Corrêa (2006), ao produzirmos pesquisas e teorias temos que ter consciência de que toda explicação de uma dada realidade tem uma responsabilidade social e política. Logo, as teorias e práticas do fazer científico, principalmente no campo da psicologia, não podem e não devem manter-se em uma falsa neutralidade (Bock, 2001). Pois, como afirma Marx (1978), os filósofos (e porque não os psicólogos) se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabendo agora a nós, a tarefa de transformá-lo.

Utilizei como referencial teórico dessa pesquisa os princípios da psicologia Sócio-Histórica, que segundo Bock e Gonçalves (2003) é uma perspectiva em psicologia que entende os fenômenos humanos e sociais como sendo históricos e produzidos a partir do contato com a vida material, a qual se constitui num processo de transformação constante, revelando assim um movimento que tem por base a contradição.

Tais pressupostos vêm do materialismo histórico e dialético, método que afirma objetividade e subjetividade como unidade de contrários, em movimento de transformação constante. Sujeito e objeto transformam-se, em um processo histórico em que o sujeito atua sobre o objeto e é transformado nesse processo. (Bock e Gonçalves, 2009, p.138)

Bock e Gonçalves (2005) apontam que a psicologia Sócio-Histórica, fundamentada pelo método do materialismo histórico e dialético, entende o homem como sendo ativo, histórico e social. Isso significa que o homem na psicologia Sócio-Histórica, não tem um eu estático, uma estrutura naturalizada, mas sim que ele se constrói na ação/práxis (ser ativo); que não pode ser apenas observável, mas entendido dentro de um movimento de transformação histórico dialético (ser histórico); e que vive

em um mundo onde ele está em constante contato com outras pessoas, transformando e sendo transformado nessa relação (ser social). Dessa forma a psicologia sócio-histórica aponta para uma possibilidade de superação das concepções naturalizantes sobre o campo psicológico, por meio da historicidade.

Abarcar a complexidade e historicidade da subjetividade como teoria e como categoria central para compreensão do humano é foco da Psicologia Sócio-Histórica. Essa perspectiva toma a subjetividade como objeto de análise e estudo e o faz reconhecendo essencialmente a condição histórica relativa à sua constituição. Historicidade é para a Psicologia Sócio-Histórica categoria fundamental, pois expressa toda a complexidade da trajetória humana e da natureza dialeticamente construída. (...) Ao invés de negar e neutralizar social e epistemologicamente o sujeito, procura-se resgatá-lo efetivamente como tal, na sua condição social, histórica e, fundamentalmente, na sua condição de sujeito ativo, construtor da realidade que o constrói. (KAHHALE E ROSA, 2009, p.48)

Para Aguiar e Ozella (2006), a categoria atividade é a expressão do sujeito, representada pelo trabalho, sendo essa a ação transformadora do homem sobre o mundo; e a categoria consciência é o como o sujeito faz a apropriação do mundo, ou seja, o homem age sobre o mundo transformando-o através da atividade, e é transformado através da consciência que registra sua ação transformadora, internalizando-a.

A psicologia sócio – histórica vai propor, então, a partir de Vigotski, que se estude os fenômenos psicológicos como um processo de constituição social do indivíduo, em que o plano intersubjetivo, das relações, é convertido, no processo de desenvolvimento, em um plano intrasubjetivo. Assim, a subjetividade é construída através de mediações sociais. Dentre essas mediações, a linguagem é a que melhor representa a síntese entre objetividade e subjetividade. Isso porque o signo é, ao mesmo tempo, produto social que designa a realidade objetiva; construção subjetiva compartilhada por diferentes indivíduos através da atribuição de significados; e construção subjetiva individual, que se dá por meio do processo de apropriação do significado social e da atribuição de sentidos pessoais. (Gonçalves, 2001, p.50)

Assim, em confluência com o pensamento de Gonçalves (2001) e completando sua explanação, Aguiar (2006) apresenta as mediações sentido e significado e mostra o porquê devemos investigá-los.

Os significados são, pois, produções históricas e sociais. São eles que permitem a comunicação, a socialização de nossas experiências. (...) Os significados referem-se, assim, aos instituídos, mais fixos, compartilhados, que são

apropriados pelos sujeitos, configurados a partir de suas próprias subjetividades. Ao discutir significado e sentido, é preciso compreendê-los como sendo constituídos pela unidade contraditória do simbólico e do emocional. (...) Afirma-se, portanto, que o sentido é muito mais amplo que o significado, pois o primeiro é a articulação dos eventos psicológicos que o sujeito produz perante a realidade. (...) O sentido refere-se a necessidades que, muitas vezes ainda não se realizaram, mas que mobilizam o sujeito, constituem o seu ser, geram formas de colocá-lo em atividade. A categoria sentido destaca a singularidade historicamente construída. (...) Assim, para compreender aquilo que singulariza o sujeito, precisamos analisar seu processo de constituição, que sem dúvida se expressa na palavra com significado, e ao apreender o significado da palavra temos as condições de, em um esforço analítico e interpretativo, aproximarmos das zonas de sentido. (p.13-21)

Assim, enquanto o significado tem origem social e cultural, e por isso contém certa característica de estabilidade, já que a palavra nos confere a possibilidade de nos comunicarmos, de entendermos e sermos entendidos, podendo o significado ser dicionarizado, o sentido forma-se na interposição entre os significados e a vivência do sujeito, ou seja, da articulação dos eventos psicológicos que a palavra suscita na consciência (Carvalho, 2008).

Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido (Vygotsky, 1991, p.125)

Bock e Gonçalves (2009) apontam que estudar a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais implica buscar nos fatos sociais, a presença de um humano que é sujeito, porém sem o separá-lo do contexto social no qual ele está imerso, para que não produzamos uma falsa individualização. Assim, as autoras indicam que existe na dimensão subjetiva dos fenômenos sociais:

Uma parcela de elementos que se objetivam como leis, regras, valores e significados, que podem ser encontrados no dicionário. Mas há uma parcela de elementos que são vividos pelos sujeitos e que devem ser compreendidos por meio do conhecimento dos sentidos subjetivos construídos pelos sujeitos que vivem, direta ou indiretamente, os fenômenos sociais. (Bock e Gonçalves, 2005, p.121)

4.2 - A dimensão subjetiva do trabalho

Na Odisséia, Homero conta que Sísifo, por ter desafiado os deuses, foi condenado a empurrar montanha acima uma pedra que, pelo seu enorme peso, rolava de volta tão logo atingisse o cume (Borges e Yamamoto, 2007). Os autores apontam que Albert Camus propõe uma instigante interpretação para esse mito, pois:

Para Camus, o auge do desespero de Sísifo não está na subida: o imenso esforço despendido não deixa lugar para outros pensamentos. A descida, ao contrário, não exigindo esforço, é o momento em que Sísifo é confrontado com seu destino: o aspecto trágico é conferido pela consciência que tem da sua condição (p.24)

Assim, não é sem razão que o mito de Sísifo tem sido usado por diversos autores como o epítome do trabalho inútil, porém será que todo trabalho tem que ser inútil? A própria origem da palavra trabalho vem de *Tripalium*, *trabacula*, termos latinos associados a tortura, mas será que todo trabalho deve ser necessariamente associado ao sofrimento? Assim, quando uma forma de exercer o trabalho tenta eliminar a intencionalidade humana ou suas capacidades cognitivas, ele está na verdade, tentando descaracterizar o próprio trabalho e o ser humano que o exerce (Borges e Yamamoto, 2007).

A questão da valoração conferida ao trabalho vem mudando durante os séculos, pois como assinalam Borges e Yamamoto (2007), na Grécia e Roma antiga o trabalho era visto como inferior, impedia as pessoas de possuírem virtude, e por isso deveriam ser executados pelos servos e escravos, porém o conceito de trabalho durante os dois últimos séculos passou a ocupar um lugar privilegiado, chegando à glorificação, já que é o trabalho que dignifica o homem.

Mas, para Grillo e Maciel (2009) o trabalho na modernidade, apresentasse como uma forma de indignificação do homem, principalmente nos sujeitos das classes sociais mais baixas, pois vivemos na sociedade do mérito, onde quem não consegue um bom trabalho, ou está excluído do mercado de trabalho, é culpabilizado por sua própria situação, e acaba introjetando essa lógica e se culpabilizando por sua condição, sendo

que essa análise meritocrática não leva em conta a conjuntura que produz esses sujeitos “vencedores” e “perdedores”.

A dinâmica da sociedade brasileira indica que estamos imersos num contexto social, onde temos poucas ilhas de inclusão que estão rodeadas por um enorme mar de exclusão (Campos, Pochmann, Amorim e Silva, 2003). Para os autores, a exclusão social brasileira dividiu-se em dois momentos, o primeiro é o da chamada velha exclusão, esta é marcada pelas intensas migrações do meio rural para as cidades, que se deu num contexto de falta de reforma agrária e políticas urbanas e expressou-se pelos baixos níveis de escolaridade e renda, acometendo principalmente os “*migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e a população negra*” (p.43). Já a nova exclusão está ligada ao modelo econômico e político adotado, que devido ao baixo crescimento econômico, desemprego, precarização das formas do cidadão no mercado de trabalho e falta de políticas públicas, gerou um fenômeno de aumento do quadro da população em situação de vulnerabilidade social. Assim, longe de substituir as antigas formas de exclusão, as novas vieram somar-se a elas.

A exclusão social no Brasil permaneceu manifestando-se generalizadamente. De um lado, a velha exclusão continua sendo a marca das regiões geográficas menos desenvolvidas, diante da permanência da baixa escolaridade, da pobreza absoluta no interior das famílias numerosas e da desigualdade dos rendimentos. De outro lado, a nova exclusão vem contaminando rapidamente as regiões mais desenvolvidas, por intermédio do desemprego generalizado e de longa duração, do isolamento juvenil, da pobreza no interior de famílias monoparentais, da ausência de perspectiva para parcela da população com menor escolaridade e da explosão da violência. (p. 34)

Portanto, para Gonçalves Filho (2004), a desigualdade social torna manifestas as relações de dominação, onde a equidade humana perde balanceamento, e há uma depreciação dos dominados que ficam renegados ao envergonhamento, subordinação e a invisibilidade, enquanto que os dominadores são exaltados; assim falar de desigualdade como dominação é apresentar esse problema como um fenômeno político. Segundo Wanderley (2010) há uma fragilização tão grande dos vínculos sociais inter-classes que esses sujeitos excluídos são vistos como desnecessários/descartáveis socialmente, por isso não precisam da atenção pública, havendo assim uma transmutação do direito em favor, ou seja, os serviços das diversas políticas públicas se apresentam aos excluídos e subordinados como um favor feito pelas elites dominantes, e como favor eles não se

vêm no direito de exigir. Há uma distinção entre gente e não gente, merecedores e não merecedores, o que produz pessoas com uma auto-estima muito frágil (Corrêa, 2006).

Singer (1977) e Borges e Yamamoto (2007) assinalam que é importante fazer um apontamento sobre a diferenciação entre emprego e trabalho, pois emprego é uma forma específica de trabalho, que é regulada por um acordo contratual, que reduz o trabalho a um valor de troca. Em consonância com os autores, Lane (1981) observa que o trabalho humano no sistema capitalista de produção é reduzido à condição de apenas mais uma mercadoria que pode ser comprada e vendida, assim é no processo de acumulação de bens que o capitalismo se apropria dos meios de produção, fazendo com que a mercadoria não seja apenas o produto fabricado, mas também a força de trabalho e as próprias relações sociais decorrentes, em outras palavras, os homens se tornam mercadorias.

Sendo que para Borges e Yamamoto (2007), o trabalho:

Não é um objeto natural, mas uma ação essencial para estabelecer a relação entre o homem e a natureza e entre a sociedade e a natureza. Na sua condição originária, o trabalho deriva de necessidades naturais (fome, sede, etc.), mas realiza-se na interação entre os homens ou entre os homens e a natureza. Assim, o trabalho – e a forma de pensar sobre ele – seguirá as condições sócio-históricas em que cada pessoa vive. (p.27)

Assim, Oliveira (2005) aponta que quando estamos inseridos em lógicas diferentes de gestão e produção, temos também relações de trabalho e apropriações subjetivas diferentes. Quando o empreendimento está regido sobre o norteador da heterogestão, como é o caso da maioria das empresas capitalistas, vemos uma verticalização do poder, onde há relações de trabalho que são marcadas por diferenças de poder e divididos em dois grupos, os que têm os meios de produção e por isso planejam e controlam o trabalho (dominadores) e os que vendem sua força de trabalho como meio de subsistência, e por isso executam o trabalho que é mandado por outro (dominados), assim *“falar em trabalho dominante e trabalho dominado é falar das disparidades de poder nas relações de trabalho e das experiências de submeter, ser submetido, resistir e rebelar-se.”* (Oliveira, 2005, p.30)

Já quando o empreendimento é regido pela lógica da autogestão, como é o caso da maioria das fábricas recuperadas, as relações de poder no trabalho tendem a ser mais

horizontalizadas, pois como todos são sócios e trabalhadores do empreendimento, o coletivo é responsável pela execução e gestão do trabalho e da cooperativa.

Furtado (2001) assinala que, quando concebemos dessa forma a produção da subjetividade, somos obrigados a reconhecer que a atividade humana, como atividade consciente e refletida, produtora da objetividade e da subjetividade, ao mesmo tempo em que produzida por essas dimensões, é categoria essencial. Assim, a atividade humana é caracterizada pelo trabalho que amplia o repertório comportamental do homem para além dos comportamentos motivados por aspectos biológicos elementares, e assim emergem motivos sociais para o comportamento. Para a Psicologia Sócio-Histórica as peculiaridades do humano “*devem ser buscadas na conformação sócio-histórica da atividade vital, relacionada ao trabalho social, ao uso de ferramentas e ao aparecimento da linguagem*” (p.77).

Desta forma é o trabalho, condição básica de reprodução das relações de produção, o processo básico de constituição da atividade consciente como estágio material da formação da consciência. Neste sentido, a atividade pode ser considerada como categoria básica da formação do psiquismo, o trabalho como condição fundante da própria humanidade, e o processo produtivo, o fio condutor da história da humanidade e o desenvolvimento cultural da humanidade. (Furtado, 2003, p. 219)

Assim, o mundo resultante do trabalho não é mais um mundo que é meramente natural, mas sim constitui-se de um mundo social e histórico, que é repleto de sentidos e significados, que são constituídos na ação humana. Isso significa que é impossível compreender a formação do homem sem compreender o meio real no qual ele se desenvolve social e historicamente por meio da atividade, sendo que suas experiências marcantes serão mediadas pelas formas concretas na qual a atividade está organizada socialmente. (Furtado e Svartman, 2009)

5. Considerações sobre o Método

No processo de escolha da fábrica recuperada, foi utilizado o critério de triagem de Esteves (2004), sendo que a instituição deveria atender a três requisitos: que ela se denominasse autogestionária; que tivesse um número de sócios-trabalhadores inferior a cem pessoas e um tempo de existência superior a dois anos. Segundo o autor, o primeiro critério se faz necessário, pois não devemos atribuir o significado de autogestionário, e tudo que esse termo carrega, a uma empresa que não se reconheça como tal. Já o segundo e o terceiro critérios aparecem como desejáveis, pois se espera que com esses requisitos, de tempo de existência como cooperativa e em um número não muito grande, eles possam se reconhecer como cooperados, que tenham estabelecidos os limites do coletivo e se colocado dentro deles, em uma situação de pertencimento.

Os Contatos iniciais com a Cooperativa estudada foram feitos através de telefonemas e e-mails com Paulo, gerente nacional de vendas da cooperativa. Após esses contatos iniciais, foi marcada uma reunião na cooperativa onde apresentei a pesquisa para Paulo e posteriormente para Carlos, um membro do conselho administrativo da Cooperativa, sendo então autorizada a pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa são dois sócio-trabalhadores que estão entre os sócio-fundadores da fábrica recuperada. Ambos os cooperados eram trabalhadores da empresa que antecedeu a cooperativa, e acompanharam ativamente todo o processo de transição, da antiga empresa para cooperativa, e estão até hoje na cooperativa como sócio-trabalhadores.

Foram utilizados dois instrumentos de pesquisa para obtenção de dados sobre a cooperativa e os cooperados, sendo eles: visitas e observações que foram feitas na cooperativa; e entrevistas semi-estruturadas, que, para Aguiar e Ozella (2006), são *“um dos instrumentos mais ricos e que permitem acesso aos processos psíquicos que nos interessam, particularmente os sentidos”* (p.229).

O procedimento de coleta foi dividido em dois momentos, sendo o primeiro visitas que tinham o objetivo de acompanhamento da rotina diária dos funcionários da cooperativa e uma entrevista com um membro do conselho administrativo, para obtenção de dados sobre a história da cooperativa e seu funcionamento institucional. Num segundo momento foi apresentado e esclarecido o trabalho e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em anexo, para os cooperados, sendo depois feitas entrevistas individuais com os mesmos.

O presente trabalho, protocolo de pesquisa nº **408/2010**, foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – Sede Campus Monte Alegre, em reunião ordinária do dia 08/12/2010.

Todas as entrevistas foram realizadas na própria cooperativa, no horário de trabalho dos cooperados, sendo que após uma previa autorização da cooperativa, nos foi destinada uma sala reservada para a efetuação das entrevistas.

No intuito de preservar as identidades e opiniões dos entrevistados, que são sócio-trabalhadores da cooperativa na qual fiz está pesquisa e me comprometi a deixar uma cópia deste estudo, quando o mesmo estivesse pronto, utilizei pseudônimos no lugar de todos os nomes. Também não será citado o nome da cooperativa estudada e da empresa que a antecedeu.

Após a coleta dos dados, foi utilizado o método descrito em Aguiar e Ozella (2006), que consiste em leituras flutuantes para que se possa organizar o material através de pré-indicadores, que após mais algumas leituras serão aglutinados por sua similaridade, completude ou contraposição formando assim indicadores. A etapa posterior é a construção dos núcleos de significação que tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios. Finalmente, a última parte consiste de uma de análise *“intra-núcleo, avançando para uma articulação inter-núcleos. Em geral, esse processo explicitará semelhanças e/ou contradições que vão novamente revelar o movimento do sujeito”* (Aguiar e Ozella, 2006, p.231), e com isso poderemos ter acesso aos sentidos e significados das falas dos sujeitos.

6. De empresa a Cooperativa

As informações contidas no presente capítulo foram obtidas através de visitas à cooperativa que tinham o intuito de observar o cotidiano da fábrica e sua organização do trabalho, além de uma entrevista com Carlos, um membro do conselho administrativo.

A empresa que antecedeu a cooperativa estudada foi fundada no ano de 1948, localizada no bairro do Bom Retiro, produzia basicamente cordões que se destinavam à indústria calçadista. A partir da década de 1970, a empresa trocou de nome e transferiu-se para o bairro do Limão, onde passou a produzir também elástico para calçados, lingerie, dios de poliamida e poliéster para costura.

A empresa constituiu-se como um empreendimento de organização familiar, ou seja, tanto o privilégio de gerir a empresa como o lucro advindo da produção ficavam a cargo da família, que era dona da fábrica. Além dos familiares que geriam a empresa, havia alguns funcionários que eram responsáveis pela parte administrativa, tinham também os chamados funcionários de chão de fábrica que eram os responsáveis pela produção, que por sua vez, eram supervisionados pelos encarregados.

Na década de 1990 a fábrica se viu abalada pela crise que assolou a economia nacional, que se encontra descrita no capítulo 1; assim, por conta dessa conjuntura desfavorável e uma má administração da empresa, os donos viram-se na necessidade de encerrar suas atividades.

No início desse período, quando os donos decidiram fechar a fábrica, houve algumas reuniões onde os encarregados e os gerentes ficaram sabendo com antecedência que a empresa estava em processo de falência. Porém, para os outros funcionários, “*menos importantes*” na escala hierárquica, a notícia chegou “*de sopetão, encima da hora*”, como afirma o Carlos.

Assim, ainda pasmos pela notícia do fechamento da empresa e da eminente perda de seus empregos, num momento onde o desemprego atingia níveis altíssimos⁴, alguns trabalhadores tiveram a idéia de formar uma cooperativa.

Então, os trabalhadores começaram a fazer reuniões para decidirem seu futuro e, empurrados pelo contexto desfavorável em que se encontravam, tiveram a idéia de formar uma cooperativa como resposta ao desemprego (Singer e Souza, 2000). Assim, em 1996, alguns trabalhadores da produção da empresa (pois nem todos aderiram de início a essa idéia) fundaram a Cooperativa, que em seu início foi assessorado pela ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária), um centro que congrega e dá suporte na formação e manutenção de empreendimentos solidários autogestionários.

Entre os anos de 1996 e 1998, a empresa e a cooperativa co-funcionaram na mesma estrutura física da fábrica, num período de transição, sendo que ao término dessa etapa a cooperativa assumiria a empresa. Segundo Carlos, esse período foi importante para que os mais ou menos 70 cooperados, que na sua imensa maioria eram pessoas simples, sem escolaridade e que não sabiam como administrar uma empresa, pudessem se adaptar a serem gestores e que pudessem entender o funcionamento total da fábrica, pois na lógica do modo capitalista, há uma forte divisão do trabalho, que faz com que o trabalhador não conheça o funcionamento global da empresa, ficando limitado à execução de serviços.

No início desse período foi acordado que os funcionários que optassem por aderir à cooperativa iriam ser demitidos e trabalhariam na fábrica agora como cooperados. Assim, os cooperados ficaram responsáveis pela produção, enquanto a empresa, formada agora praticamente pela parte administrativa e vendas responsabilizava-se pela venda, e compra dos produtos.

Logo nas reuniões iniciais, que culminaram na fundação da cooperativa, os futuros cooperados formaram um conselho administrativo, que teria a função de cuidar da administração tanto na fase de transição, como posteriormente a ela. Esse era composto por seis pessoas: um presidente, um vice presidente, um secretário e três suplentes; foi formado também um conselho fiscal, que ficaria responsável pela

⁴ Segundo a PED-SEADE/DIEESE o percentual de desempregados atingiu o patamar de 19,5% da PEA (população economicamente ativa) em 1999, contra 8,7% em 1989.

fiscalização das contas da cooperativa e da gestão do conselho administrativo, esse formado por um presidente, um secretário e quatro suplentes. Segundo Carlos, tanto os cargos no conselho administrativo, como no conselho fiscal são, desde sua criação até hoje, cargos acumulativos, ou seja, o cooperado que assumir um cargo no conselho, continua exercendo seu cargo na cooperativa e soma a ele a nova função, sendo que ele não recebe uma remuneração extra ou aumento da retirada pelo novo cargo.

Nessas reuniões iniciais, também foi redigido o estatuto da cooperativa, que se mantém o mesmo desde 1996, e decidido que as retiradas seriam proporcionais ao cargo e o salário que o cooperado tinha na antiga empresa.

Assim, em 1998, foi concretizado esse período de transição e a Cooperativa assumiu integralmente a Empresa, porém, como descreve Carlos, “*o dono da antiga empresa, simplesmente, não deu a empresa de mão beijada*” para os Cooperados, pois além da cooperativa assumir os chamados ativos da empresa: o maquinário (que era obsoleto, devido há anos sem investimento por parte do antigo dono), as contas correntes e a marca, ela teve de assumir também os passivos, que são as dívidas da antiga empresa, que se mostraram bem altas, e que ainda hoje não foram liquidadas em sua totalidade.

Como aponta Singer (1999), as empresas recuperadas, e a cooperativa estudada não foge a essa triste regra, são entregues aos trabalhadores apresentando graves carências como a defasagem tecnológica, equipamento desgastado, falta de competitividade geralmente em relação aos produtos e empresas concorrentes, etc.

Após assumirem a empresa, os cooperados se viram imersos num engodo, pois o dono da antiga empresa havia, por meio de uma manobra “*legal*”, transferido o galpão e o terreno para outra empresa sua, assim os cooperados teriam de pagar aluguel das instalações para ele. No entanto, os cooperados, percebendo-se ludibriados pelo antigo proprietário da empresa, pois assumiram uma dívida alta, e não tiveram acesso ao bem de maior valor da antiga empresa, o terreno com o galpão, entraram com um processo contra o antigo dono, por entender que o terreno deveria fazer parte dos ativos na transação. Porém, até o presente momento, a ação ainda tramita na justiça, e por isso a cooperativa é obrigada a continuar pagando o aluguel do terreno.

Segundo Carlos, nos anos iniciais em que os sócio-trabalhadores passaram a gerir de forma autogestionária o empreendimento, houve algumas dificuldades pelo fato da empresa ser uma cooperativa. Inicialmente foi constatada certa desconfiança: por parte dos fornecedores de matérias primas, pois como os produtos são comprados a prazo, houve dificuldades na obtenção dos produtos, devido ao medo da cooperativa ser inadimplente, alguns exigiam os balanços da cooperativa; por parte dos bancos, que inicialmente dificultaram o acesso ao crédito, sendo necessário que a Cooperativa abrisse suas portas e suas finanças para que os gerentes pudessem se certificar de que a cooperativa tinha condições de honrar seus compromissos; e por parte dos compradores, que queriam saber se a cooperativa conseguiria manter a qualidade do produto que eles já compravam e se tinham condições de atender aos prazos de entrega do produto.

Quando do surgimento de algumas ações trabalhistas na justiça do trabalho de cooperados processando a Cooperativa, houve um preconceito por parte de alguns juízes trabalhistas, chegando ao ponto de um juiz deixar subentendido em sua fala, segundo Carlos, que *“cooperativa, vamos dizer assim, pra mim não existe, eu vou classificar como vínculo trabalhista”*, porém *“no decorrer da ação vendo que tudo é deliberado em assembléia por meio de votação, e perguntando para o autor da ação e vendo que ele participava das assembléias, votações e da partilha das retiradas, o juiz indeferia o processo”*.

Outra questão que apareceu como problema no início da cooperativa foi a falta de escolaridade e qualificação dos trabalhadores, que agora eram cooperados. Assim, quando a cooperativa passou a ter uma melhor circulação financeira para que houvesse até uma maior motivação por parte dos sócio-trabalhadores, a cooperativa passou a pagar até noventa por cento do valor de cursos, supletivos e faculdades, desde que esses fossem relacionados à cooperativa. Porém, segundo Carlos, houve uma adesão muito baixa, sendo que de 70 cooperados, apenas seis utilizaram-se do benefício.

Uma dificuldade que surgiu no início da cooperativa foi a de como concorrer em pé de igualdade num mercado que se atualiza com novas tecnologias de maquinários constantemente, sendo herdeira de uma empresa que possuía um maquinário arcaico. Para superar esse problema, a cooperativa teve que ir atualizando-se aos poucos, ao longo do tempo, com a compra de maquinários modernos.

Em 2003, a Cooperativa passou por um momento turbulento e de transformações. Cooperados insatisfeitos com os rumos da cooperativa fizeram uma paralisação, e como alguns cooperados, segundo Carlos, não conseguiram resolver suas divergências, optaram por se desvincular da cooperativa.

Com a saída desses cooperados, a Cooperativa optou por contratar funcionários Celetistas, para alguns cargos, principalmente os de menor qualificação, e por consequência, menor remuneração, sendo que, depois de um tempo de trabalho e dependendo de seu desempenho na cooperativa, alguns funcionários eram demitidos, pois assim acabaria o vínculo celetista e passariam a se tornar cooperados.

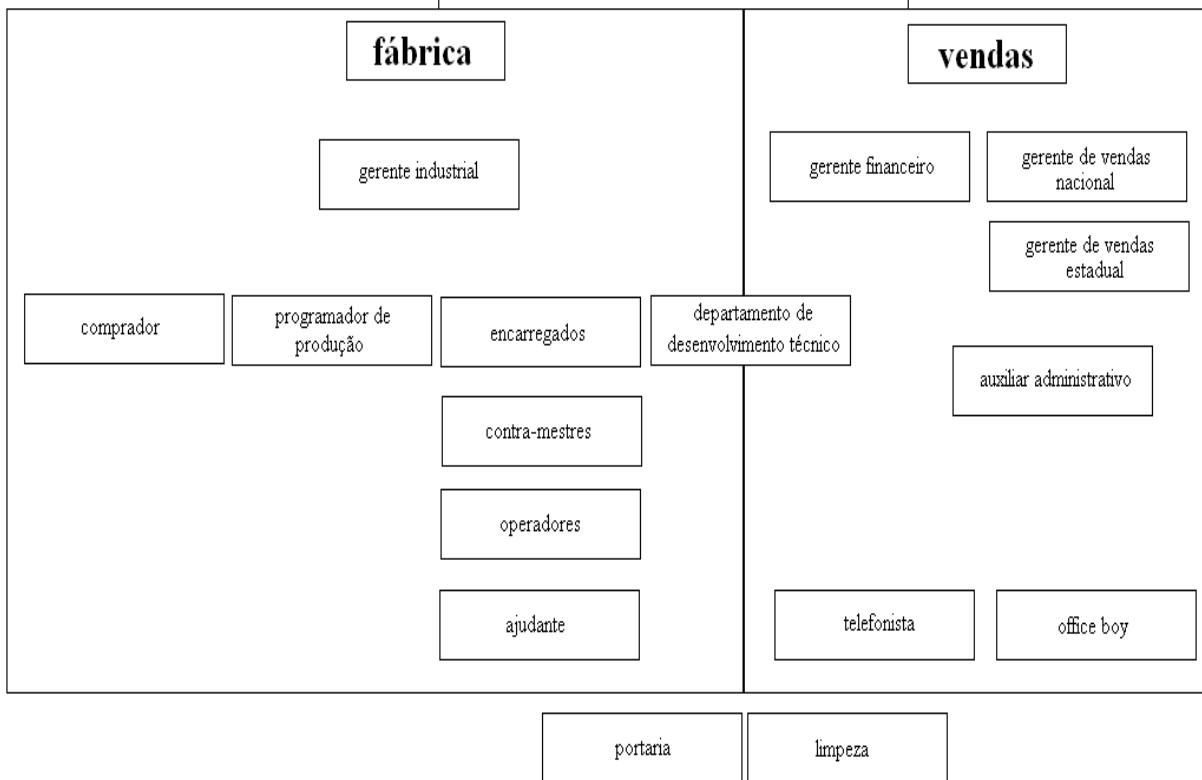
Porém, depois de um tempo de trabalho, alguns desses cooperados saíram da cooperativa e resolveram processá-la, exigindo que ela pagasse os direitos celetistas desse tempo que eles trabalharam como cooperados.

A partir desses acontecimentos, os cooperados optaram por contratar apenas funcionários celetistas, sendo que ultimamente são poucos os funcionários que passam para a condição de cooperado. Assim, atualmente, a cooperativa conta com um quadro de aproximadamente oitenta cooperados e oitenta funcionários celetistas, que estão dispostos em cargos que estão agrupados em dois setores, o de vendas e o da fábrica, como mostra o organograma abaixo.

Os cargos que estão abaixo no organograma respondem hierarquicamente, em relação ao trabalho, aos que estão acima; logo, quanto mais acima no organograma, maior é a hierarquia do cargo e conseqüentemente as retiradas, sendo que os cargos de Telefonista, Office Boy, Ajudantes, Portaria e Limpeza, não são ocupados por cooperados.

Segundo Carlos o órgão máximo de deliberação das decisões e rumos da cooperativa são as assembléias, que são espaços de discussão e votação, onde cada cooperado tem direito a um voto.

Organograma da cooperativa



7. Apresentação e Análise dos Dados

A partir do discurso dos sujeitos, pretendeu-se apreender a dimensão subjetiva das suas vivências do trabalho em diferentes modos de produção, o capitalista e o cooperativista, o que implica num procedimento de transformação da fala em dados significativos, já que “*um trecho de informação é uma expressão viva da pessoa que fala*” (Rey, 2005, p.48).

Primeiramente, as entrevistas gravadas foram transcritas na sua totalidade, posteriormente, as entrevistas foram lidas repetidas vezes, e classificadas em núcleos de significado, pois como assinala Aguiar (2006), devemos tomar a fala dos sujeitos como ponto de partida, para então caminharmos na busca dos sentidos e significados, que devem ser compreendidos como sendo constituídos pela unidade contraditória do simbólico e do emocional, logo:

A fim de compreender melhor o sujeito, os significados constituem o ponto de partida: sabe-se que eles contêm mais do que aparentam e que, por meio de um trabalho de análise e interpretação, pode-se caminhar para as zonas mais instáveis, fluidas e profundas, ou seja, para as zonas de sentido (p. 14)

Assim, a partir da articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios tivemos a produção de quatro núcleos de significados, sendo eles:

1. O trabalho no modo de produção capitalista – nesse núcleo encontram-se os relatos de trabalho que antecedem a formação da cooperativa.
2. Transição entre dois modos de produção – nesse núcleo temos as falas relacionadas ao período em que os trabalhadores já eram cooperados, porém dividiam o espaço da empresa e a produção com o antigo dono, e seus funcionários, numa espécie de co-gestão.

3. Cooperativismo – nesse núcleo congregam-se os relatos de trabalho no modo de produção cooperativista.

4. Provocações e projeções para o futuro – nesse núcleo temos as respostas de algumas questões provocativas que remetem a projeções para o futuro.

Estes conjuntos de núcleos foram utilizados para que pudéssemos compreender os sentidos subjetivos e significados constituídos pelos sujeitos sobre a categoria trabalho, de modo que, para Vygotsky (2001), o conjunto de fatos psicológicos que surgem na consciência, como resultado da vivência em um contexto onde estes sujeitos estão inseridos, permitem identificar a dimensão subjetiva das vivências em diferentes contextos.

Entendemos que os indivíduos expressam os elementos de sentido que configuram a dimensão subjetiva do trabalho; assim, a análise dos discursos, organizados nos núcleos de significados resultantes da interpretação de sua própria expressão, nos permite afirmar aspectos de significação que constituem a subjetividade social, conhecendo os elementos que constituem as diferentes apreensões do trabalho.

7.1 - O trabalho no modo de produção capitalista

Nesse núcleo congregaram-se as apreensões dos cooperados sobre a temática do trabalho na sua forma mais tradicional, que está inserido no modo capitalista de produção. Para os entrevistados, esse modo de organização social do trabalho, por ser hegemônico, por estarem imersos e sujeitos a ele por algum tempo, serve como uma base comparativa para suas experiências de cooperados.

Bruno conta que antes de trabalhar na empresa, quando ainda era menor de idade, trabalhou em uma grande empresa de seguros, porém quando chegou na fase de alistamento no serviço militar, período onde “o risco de ser demitido é grande”, ele acabou demitido. A empresa não levou em consideração o tempo de serviços que Bruno

tinha prestado, e que ele não conseguiria arrumar outro emprego enquanto não fosse dispensado.

Esse um ano eu fiquei em casa, era muito difícil arrumar emprego por que você quando está no processo de alistamento nenhuma empresa pega, é muito difícil, sem estar liberado da dispensa do exército é muito difícil, então eu fiquei em casa (Bruno)

Nesse um ano que durou a fase do serviço militar, Bruno conta que ficou em casa desempregado, e que não conseguia arrumar um emprego, assim ele ficava cuidando da casa, dando uma ajuda para os pais. Essa situação era muito desconfortável, segundo Bruno, ele tentou se alistar voluntariamente, enquanto procurava emprego, mas não obteve sucesso em nenhuma das duas empreitadas. Antes de ser demitido, ele já vinha tentando prestar alguns concursos públicos na área militar, mas eles eram muito concorridos e acabou não conseguindo.

Quando foi dispensado do serviço militar, Bruno conta que estava desesperado para conseguir um emprego e que não importava aonde, nem em que profissão, pois o que ele queria era trabalhar. Após algum tempo procurando um trabalho, e não obtendo sucesso, ele conseguiu um emprego na antiga empresa, por meio de indicação de um conhecido que trabalhava lá.

Eu precisava de emprego urgente, coloquei na minha mente assim que eu não queria ficar desempregado, então qualquer emprego que eu arrumasse, a partir daí eu iria tomar um rumo (...) eu falei com ele para me arrumar um emprego nem que seja de faxina eu quero trabalhar eu quero estar empregado, aí eles conseguiram me indicar aí eu entrei aqui [na antiga empresa] na época para trabalhar (Bruno)

Esse fragmento nos mostra o quanto a categoria trabalho é importante na vida das pessoas, e o como essa situação de desemprego é angustiante, fazendo com que o trabalhador queira desesperadamente vender sua força de trabalho a qualquer preço. Sendo, que essa situação de desemprego, que aumenta cada vez mais, faz com que o trabalhador fique cada vez mais em desvantagem na relação com o empregador, tendo que aceitar as condições que o contratante exige, pois se ele se recusar, haverá uma fila querendo.

André conta que também entrou na empresa por meio de indicação, sendo apresentado por um amigo. Pela forma de contratação dos dois entrevistados podemos

ver a dificuldade que é arrumar um emprego e o como é preciso ter uma rede de pessoas que possam ajudar quando você está nessa condição de desempregado.

Quando Bruno compara as duas empresas onde trabalhou, ele aponta os dois tipos clássicos de gestão capitalista do trabalho. No primeiro emprego, ele diz que era colocado em uma função, e que tinha que ficar executando o *script* que lhe era passado, mas não tinha apoio/incentivo, ou possibilidade de sair daquela função. Para uma melhor visualização desse tipo de modelo, apresenta o exemplo da esposa, que trabalhava como atendente em uma empresa de telemarketing, e que passava o dia “presa” em um micro espaço, com um computador na frente e um fone para receber as ligações, tendo que “cumprir uma carga horária e atender tantas pessoas por dia, se isso não acontece ela é chamada atenção e se ela não consegue mudar ela sai de lá”. Já na empresa que antecedeu a cooperativa:

Aqui na empresa no começo por ser fábrica eu tinha mais liberdade, mais liberdade assim de ter mais contato com a chefia, por ser fábrica também as pessoas te indicavam para você fazer as coisas mais corretas, buscar o conhecimento para fazer melhor o serviço, coisa que onde eu trabalhava antes eu não tinha

Porém, Bruno não consegue levar em consideração que essa aparente liberdade está restrita à melhoria de sua produção, ou seja, essa flexibilidade na relação, essa abertura para buscar o conhecimento, ocorre enquanto for melhor para o processo produtivo.

Quando falam da relação supervisor-empregado, nas suas experiências de trabalho, aparece uma relação ambígua, pois em alguns momentos esse chefe apresentasse “como um amigo” (Bruno) que te ensina o trabalho, que tem um “relacionamento legal” (André), pois ele conversa com o empregado, senta para fazer reuniões no setor, passando assim a idéia de uma grande família unida.

Mas, ao mesmo tempo essa relação é extremamente hierarquizada, assim, os encarregados eram os responsáveis por determinar e fiscalizar o serviço dos funcionários. Sendo que essa abertura de conversa era restrita ao seu supervisor imediato, já que eles não podiam falar com o dono, a menos que ele lhe dirigisse a palavra, o que era um acontecimento raro.

Com o dono eu não tinha muito contato não, quando você entra como um auxiliar é difícil chegar no dono da empresa, geralmente quem tem mais contato é o gerente o chefe de produção alguma coisa assim, eu via passando pela fábrica mas eu nunca tinha contato (Bruno)

Para os entrevistados, a rotina de trabalho antes da cooperativa limitava-se a seguir ordens de um superior, sendo que havia um completo desconhecimento do todo da empresa, principalmente da parte administrativa e das finanças da empresa, pois como assinala André, mesmo ele tendo um posto alto na hierarquia da empresa, encarregado, ele “*não tinha conhecimento da parte administrativa*”.

Em uma empresa comum em que é o dono que dita as regras, dita o caminho e ele tem algumas pessoas para administrar junto com ele, e ele sabe que ele pode se dar mau, é uma confiança que ele dá, em partes, mas no final das contas é ele que está lá em cima direcionando a empresa. (Bruno)

Essa fragmentação do trabalho gera nos trabalhadores um sentimento de indiferença em relação à empresa, limitando-se ao restrito cumprimento de suas funções, algo que o toyotismo tenta combater fortemente e que a empresa tentou, mas sem sucesso, com a busca de uma relação de amizade entre os supervisores e supervisionados, tentando artificialmente criar a idéia de uma grande família, onde todos ganham e perdem juntos, e onde todos têm que ter um espírito de responsabilidade e engajamento, alinhados com os objetivos da empresa.

Porque antes você tinha o dono, então você trabalha e cumpre sua carga horária fiz meu trabalho pronto e acabou, bati meu cartão e fui embora, meu salário está lá, se o cara teve prejuízo ou teve lucro eu vou receber meu salário, é obrigação dele. (Bruno)

André e Bruno apresentam que na empresa capitalista há uma menor tolerância aos erros e problemas dos funcionários, sendo que o supervisor na maioria das vezes não quer saber o que está acontecendo com você. Se está dando prejuízo para empresa, não serve, “*o patrão manda embora e põe outra pessoa no lugar*” (André).

Quando, ao final da entrevista, perguntados sobre quais seriam os aspectos negativos do trabalho em empresas, tivemos: a falta de liberdade, por ter sempre um patrão controlando seu trabalho; o salário ser bem menor que a retirada que tem na cooperativa; os limites da heterogestão, pois a empresa enquanto tinha um patrão, foi à falência, por má administração; a dificuldade de crescimento profissional; a dificuldade

de mudar de setor e conhecer outras áreas da empresa; e a falta de conhecimento da situação da empresa, pois é tudo muito fragmentado e obscuro, e só o dono tem acesso a esse conteúdo de uma forma total.

Já quando perguntados sobre os aspectos positivos do emprego numa empresa capitalista, o único ponto apresentado como positivo dessa forma de trabalho são as vantagens de trabalhar com carteira assinada, e todos os benefícios que ela traz.

7.2 - Transição entre dois modos de produção

Nesse núcleo temos o amálgama dos sentidos e significados das vivências que vão do início do processo de falência da empresa ao funcionamento autônomo da cooperativa, passando pelo período de co-funcionamento no mesmo espaço físico.

Segundo os entrevistados, a notícia da possibilidade de falência da antiga empresa começou a se espalhar através de rumores e boatos, porém ninguém tinha certeza de nada. Como não poderia ser diferente, os trabalhadores não tinham a mínima idéia da situação em que a empresa estava, o que causava um enorme mal-estar, apreensão e desespero, por não saber o que está acontecendo e o que poderia acontecer. Bruno e André assinalam que primeiramente o dono da empresa deu a notícia de que iria fechá-la, numa reunião fechada onde só participaram o gerente e alguns encarregados, sendo que apenas um tempo depois, quando já estava tudo certo sobre a falência, é que o dono avisou ao restante dos trabalhadores.

Essa situação mostra claramente a fragmentação que temos numa empresa heterogerida, que vai além da divisão do trabalho em planejamento e execução, pois cabe aos trabalhadores a venda da sua força de trabalho e a execução dos serviços que lhe são passados, e ao dono cabe a mais-valia, o direcionamento da empresa e o monopólio das informações.

André conta que quando recebeu a notícia de que a fábrica iria fechar teve uma sensação de desespero, tanto pelo teor da informação, quanto pelo modo súbito com que ela foi apresentada, pois não lhe foi dado chance de se preparar para essa situação. Logo:

Pelo que falavam, pelo que foi passado daqui, a gente imaginava assim que tinha dois caminhos, ou topar para tentar reerguer a empresa ganhar dinheiro ou se fosse para abrir mão ia abrir mão do emprego. (André)

Assim, a mola propulsora da gênese da Cooperativa, não foi diferente da maioria das situações de formação das outras fábricas recuperadas, ou seja, os trabalhadores se uniram para formar a cooperativa não pelo seu caráter ideológico transformador, mas sim sua constituição se deu inicialmente como uma alternativa ao desemprego que subia a níveis galopantes na época.

Os entrevistados contam que no começo não conheciam muito, e alguns nunca tinham ouvido falar em cooperativa. Bruno só tinha ouvido falar de cooperativismo pela televisão, e diz que sua idéia de cooperativa era bem diferente do que tem hoje.

Falava-se muito de terceirização, terceirizar serviço e virar cooperativa, assim que eu tinha ouvido, que você não tinha registro em carteira você recebe um salário mensal pronto e acabou, você paga seu INSS e era assim, só que assim dentro disso não tinha participação de lucro se um órgão tinha um lucro não era passado para os cooperados, então muita gente via com maus olhos a cooperativa esse tipo de cooperativa. (Bruno)

No início, eles contam que ficaram com um misto de receio e medo da idéia de montar uma cooperativa, principalmente por causa do conhecimento limitado que tinham do cooperativismo e das informações de alguns empreendimentos cooperativos de fachada.

André acrescenta que, por estar casado há apenas dois anos e ser a única renda da família, sentiu medo dessa transição, mas acreditava que a cooperativa daria certo a médio e longo prazo.

Como falam André e Bruno, o que deu forças para levarem adiante essa idéia de formar um empreendimento cooperativo, foi o suporte da ANTEAG, que lhes mostrou que era possível reverter essa situação, e que havia outras empresas que tinham passado

pela mesma situação que eles estavam passando agora e que tinham conseguido se reerguer.

Essa instituição de fomento acompanhou a cooperativa por algum tempo, apoiando-os: com cursos e palestras na própria fábrica, nas suas reuniões, na construção do estatuto e do regimento interno, no amparo técnico aos conselhos administrativo e fiscal e na organização da parte administrativa.

Os cooperados contam que, entre os anos de 1996, quando foi formada a cooperativa, e 1998, quando os cooperados assumiram totalmente a empresa, a cooperativa funcionou no mesmo espaço físico que a antiga empresa, numa espécie de co-gestão, onde a cooperativa era responsável pela produção, e a empresa pela venda e compra e produtos.

A “divisão” dos lucros era uma média de 28% do faturamento para a Cooperativa e um montante de 72% para a empresa, sendo que a empresa agora não precisava pagar os encargos trabalhistas desses trabalhadores da produção. Nesse período, André conta que tiveram muitas dificuldades.

De trabalho, de entendimento entre as pessoas mesmo, em aceitar que tinha que trabalhar mais pra sempre melhorar, produzir mais, no começo tinha mais dificuldade, teve dificuldades financeiras no primeiro ano, teve mês que a gente não recebia a retirada completa.

Muitas dessas dificuldades estavam relacionadas à permanência da relação parasitária que a antiga empresa mantinha com a Cooperativa. Porém, como contam os entrevistados, em 1998 a cooperativa assumiu integralmente o ativo e o passivo da antiga empresa, sendo que até hoje ainda estão pagando as dívidas da antiga empresa, e brigam judicialmente pelo galpão da fábrica, já que com uma manobra ardilosa, o dono da antiga empresa não o incluiu no pacote dos ativos, dos quais a cooperativa deveria herdar, assim, para ter o direito de utilizar do espaço físico a cooperativa tem que pagar um aluguel mensal ao antigo dono.

Para André, nesse período, só continuou na cooperativa quem gosta de assumir responsabilidade e compromisso. Bruno assinala que nesse começo tiveram muitas transformações nos cooperados, e que eles só se sentiram verdadeiramente donos da cooperativa quando não tinham dinheiro, e tiveram que repartir os prejuízos, sendo que

vários meses foram fechados no vermelho, em déficit, e os cooperados só recebiam uns 70% do salário que tinham na antiga empresa.

Teve muitas pessoas que começaram a se interessar mais pela empresa, querer conhecer, algumas pessoas estudaram, outras não estudaram, mantiveram seu conhecimento no mesmo nível, foram aperfeiçoando conforme o dia-a-dia conforme foram aprendendo no dia-a-dia.

7.3 - Cooperativismo

Aqui temos a confluência das apreensões que os trabalhadores têm sobre o modo de produção cooperativista e os diversos desdobramentos que essa *práxis* trouxe.

Um ponto que apareceu diversas vezes nas entrevistas dos cooperados é que a apropriação da condição de cooperado leva um tempo, maior para alguns, menor para outros, porém todos afirmaram que demorou um pouco até se sentirem e agirem como cooperados. No discurso deles pode-se observar que uma das maiores dificuldades foram os vícios herdados da antiga lógica e a falta de um repertório alternativo para contrapô-lo.

Uma das primeiras dificuldades apontadas pelos entrevistados foi a dupla função de sócio-trabalhador que eles tinham que exercer, pois além de manterem as funções que tinham na antiga empresa, agora eles tinham que cuidar coletivamente da gestão do empreendimento.

Com relação à organização do trabalho, segundo os entrevistados, eles tentaram manter o mesmo modelo de organograma, com as mesmas funções e cargos, tendo substituído apenas a figura do chefe. Porém, como aponta Bruno, no começo tiveram dificuldades nessa relação entre coordenados e coordenadores.

No começo demorou um pouco, porque ainda fica sentindo que você tem um chefe, então a liberdade que a gente tem maior com as pessoas hoje, isso nós fomos adquirindo com o tempo, porque você sempre acha, eu não posso fazer

isso, eu não posso por a mão aqui, porque o meu chefe não vai gostar, foi um processo que com o tempo a gente foi encarando mais o sistema cooperativista, de saber que você é um cooperado, você e é igual a todo mundo aqui, eu sou igual ao gerente, ele tem a função do cargo dele, mas na cooperativa nós somos iguais temos os mesmos direitos e deveres, ele tem no cargo dele e eu tenho no meu cargo, no começo foi um pouco complicado, a gente sempre achava que tinha um chefe ainda, até o gerente tratando com a gente ainda sentia isso, é tipo meu chefe, então pode acontecer alguma coisa se eu fizer algo de errado, mas com o tempo foi passando, hoje a gente está nesse ponto de ter uma liberdade maior.

Assim, pode-se analisar que a responsabilidade que os cooperados vão adquirindo no sistema cooperativista está ligada a um entendimento e internalização do seu papel de trabalhador e dono, o que é bem diferente do antigo modelo, onde o trabalhador é só um executor que está preso a uma estrutura hierárquica, onde ele age de maneira restrita por medo da chefia.

Os cooperados contam que, apesar de ter sido mantida a hierarquia dos cargos e postos de trabalho, houve uma transformação na relação entre coordenadores e coordenados. Para Bruno, “*cortou as paredes que existiam na hierarquia*”, já que, na cooperativa, apesar de cada um continuar exercendo sua antiga função, há uma liberdade de expressão e informação, pois todos são donos e têm os mesmos direitos, apesar de alguns deveres serem diferentes.

André conta que houve mudanças significativas, principalmente no relacionamento, pois, por estarem na mesma condição, “*juntos no mesmo barco*”, acabou tendo uma proximidade e uma relação de amizade maior, que vai além das relações produtivas.

Eu vi a mudança dá parte de relacionamento, a gente acaba ficando mais próximo, por a gente está sempre junto tratando assuntos da empresa, então a gente acaba criando uma proximidade maior, tendo uma amizade maior que talvez a gente não teria com uma empresa com chefe por ele ser seu chefe, aqui não, aqui ele é meu companheiro de trabalho, ele é meu líder, não vou dizer que ele é meu chefe porque o chefe manda, o líder ele orienta as pessoas, os liderados, o chefe não, ele só manda, só manda você fazer, então eu vi muita essa diferença, então nosso contato mudou muito, ficou muito próximo e também cria um vínculo de amizade.

Assim, por serem todos sócio-trabalhadores na cooperativa, há uma cobrança muito maior, tanto no âmbito coletivo, dos companheiros de trabalho, quanto de si mesmo, já que cada cooperado é responsável pelo bom andamento do empreendimento. Sendo que, se um cooperado tem um problema, ele é tratado de uma forma diferente do que seria numa empresa tradicional, segundo os entrevistados, há uma busca por tentar entender o que está acontecendo.

Se eu tenho um problema em um setor quando é o patrão ele manda embora e põe outra pessoa no lugar, aqui não, aqui a gente chama, conversa, vai analisar o que a pessoa está passando, se é problema particular a gente tenta ajudar a pessoa, às vezes está com problema em casa aí dá uma semana de folga para resolver, coisas que você não tem quando é um empregado, esses recursos. (Bruno)

Outra prática que os cooperados optaram por manter foi a diferenciação entre as retiradas, pois como eles apontam, os trabalhadores realizam trabalhos diferentes, logo devem ganhar diferente. Para explicar essa lógica, Bruno conta que se fossem uma cooperativa de costura e todos fizessem a mesma coisa, costurassem, teria sentido que todos fossem remunerados igualmente, porém na cooperativa não é assim.

Desde quando veio à idéia de cooperativa, que a idéia era essa, cada um manter-se com seu salário se progredisse mais se faturasse mais tirava mais, mas em cima daquilo que era do salário, na cooperativa a gente chama retirada. Isso já vinha como plano desde a idéia de formar a cooperativa, se manter, porque se todo mundo tinha um padrão de vida em cima do salário que ganhava não podia abaixar e se subisse todo mundo para um nível mais alto não tinha condições. (André)

Os entrevistados contam que, quando foram debater em assembléia o assunto das retiradas diferenciadas tiveram até um espanto, pois quem mais defendeu essa diferenciação foram os funcionários que ganhavam menos na antiga empresa. Porém, os cooperados afirmam que, apesar de haver diferenciação entre as retiradas, ela é menor que nas empresas tradicionais, e que a remuneração de um trabalhador da Cooperativa é bem maior do que um funcionário da mesma função em empresa. Eles ainda afirmam que, pelo fato de o cooperado ter participação nos lucros que são divididos no final do ano, ele acaba no final das contas recebendo muito mais do que um funcionário de uma empresa do mesmo ramo, no caso o têxtil.

Uma mudança marcante que ocorreu quando os cooperados assumiram a cooperativa foi a retirada dos relógios de ponto. Para André, isso foi significativo, pois com o tempo não houve mais a necessidade desse controle externo, já que agora eles tinham essa responsabilidade arraigada dentro de si, assim *“com o tempo foi mudando, o operário parou de marcar cartão, ninguém tem controle de horas do cooperado marcado no relógio”*.

Esse novo papel de donos da Cooperativa trouxe para os cooperados um sentimento de pertencimento maior, de sentir-se parte do todo, e muito disso se deve a essa não fragmentação entre quem faz e quem pensa os rumos do empreendimento. Assim, imersos nesse novo contexto, os entrevistados contam que podiam ter pela primeira vez uma noção do todo, podiam entender e opinar na situação do negócio, sendo que para isso eles tiveram que assumir mais responsabilidades e ter um maior interesse na totalidade da empresa.

Nessa passagem para cooperativa, Bruno observa que começaram a surgir mais oportunidades de conhecer outras áreas da empresa, e que nesse novo modelo havia uma maior liberdade para o trabalhador, ele conta que trabalhou em quase todos os setores da cooperativa e que os cooperados começaram a querer explorar outras perspectivas de trabalho, pois não eram limitados/barrados pela gerência. Assim, aumentou a possibilidade do cooperado tentar buscar fazer o trabalho que mais lhe agradava e tentar crescer profissionalmente, dentro das possibilidades da cooperativa.

Segundo André e Bruno, essa mudança de paradigma trouxe a possibilidade de crescimento profissional e pessoal. No âmbito profissional, essas novas experiências tanto da produção, no trabalho em diversos setores e o conhecimento da lógica produtiva, como da condução da cooperativa, que foram permitidas pela autogestão, possibilitaram a construção de profissionais mais completos, que têm uma visão do todo no negócio.

No âmbito pessoal, eles apontam que se tornaram sujeitos mais responsáveis e que começaram a procurar mais conhecimento. André assinala que, se hoje tem um carro e uma casa, isso se deve à cooperativa que pôde propiciar isso para ele. Bruno indica que as realizações que os cooperados tiveram, ressoam também nas pessoas que

estão próximas, havendo assim uma evolução coletiva, onde o crescimento não está restrito a um pequeno grupo, mas sim à coletividade.

Assim, os familiares são os que mais sentem, porque vêem o que você retira de salário, do que você retira de participação de lucro, isso gera bens para você e crescimento para a família, há evolução das pessoas aqui também, eu digo tudo que eu tenho hoje eu tirei daqui da cooperativa e muita gente chegou aqui e não tinha nem tênis para vestir, roupa para trabalhar direito, você vê que se organizaram, tem sua roupa, tem sua casa, muitos já formaram família, estão pensando em fazer alguma outra coisa, sabe, então você vê a evolução das pessoas, você não vê só de um conjunto, só da liderança, o encarregado, o gerente, você vê todo mundo crescendo, é legal quando você chega aqui, e chega uma pessoa que, por exemplo, que faz aqui a faxina e diz comprei meu carro, a gente fica feliz, que legal que você conseguiu comprar, você está crescendo junto com a gente, com todo mundo, então a gente tem esse sentimento e os familiares vêem isso e nós se vemos como uma grande família também. (Bruno)

Para os entrevistados, a autogestão, que é o bem mais importante que a cooperativa proporcionou, está presente em todos os lugares, como afirma André. Sendo que, para os cooperados, ela se manifesta na maior liberdade que o trabalhador tem para conversar com os supervisores e com os conselheiros; nas conversas informais; na possibilidade de apresentar suas idéias e projetos; nas discussões que a assembléia propicia; nas reuniões que ocorrem fora da assembléia; na participação do direcionamento dos rumos da cooperativa, através do voto; e na escolha dos conselhos, que são os representantes da vontade coletiva.

Nesse contexto autogestionário, os participantes são impelidos a uma maior conscientização do que estão fazendo, já que são chamados ao debate, e para isso têm que se munir do conhecimento, justamente por terem a oportunidade de acesso ao que está acontecendo na empresa. Ambos os entrevistados afirmam que se sentem ouvidos na cooperativa, que suas idéias e opiniões são levadas em consideração.

Bruno apresenta a assembléia como um exemplo da soberania do debate e da vontade coletiva, pois todos têm que participar, e nela uma proposta pode ser mudada completamente durante os debates, valendo o que for decidido na assembléia, por meio da votação coletiva e do debate de idéias e propostas, que dependendo do assunto, se ele for muito polêmico, pode se levar várias assembléias para que tenham uma resolução final.

Todos os cooperados participam da assembléia, inclusive a gente até escolhe um horário melhor para todos, porque tem cooperados que trabalham a noite, então escolhe um horário para as pessoas que trabalham a noite poderem freqüentar, porque é do interesse de todo cooperado, para discutir o assunto da empresa que envolve o voto dele, a opinião dele, então tem que está, é uma obrigação do cooperado está na assembléia, para discutir assuntos da cooperativa, então é feito dessa maneira a assembléia, tem alguns assuntos que são polêmicos e demora 2/3 horas para ser discutidos, mas acaba saindo, as vezes não sai então marca outra assembléia, mas sempre sai pela assembléia, o voto final é da assembléia, a assembléia é que decide o que vai ser feito, o administrativo pode optar por alguma coisa, mas pode mudar na assembléia, uma idéia do administrativo, o administrativo lança uma idéia a assembléia lança outra, acaba entrando em discussão, mas o que a assembléia decidir é o que vale. (Bruno)

Os entrevistados também falaram que, pelo fato do ambiente autogestionário ser um espaço de troca de opiniões, surgem também conflitos, já que existem visões diferentes do que é o melhor para a cooperativa. Sendo que, por volta de 2003 houve certos desentendimentos com alguns cooperados novos.

A gente sabe que dentro de uma sociedade existem pessoas com vários tipos de idéias, então assim, justamente por a gente ter essa liberdade de se expressar por ser cooperado, também tem pessoas que, sempre tem pessoas com a vista grossa, com más intenções, às vezes não aceitando o caminho que a empresa está querendo, e a gente teve uma ocasião em 2003 onde pessoas realmente estavam tentando criar um tumulto aqui dentro e conseguiram reunir algumas pessoas e pararam a fábrica, desligaram a chave geral da empresa e pararam a empresa e queriam fazer uma assembléia forçada, para discutir assuntos que já tinham sido discutidos em assembléia. (bruno)

Assim, nós temos os cooperados fundadores de acordo com que foi crescendo a cooperativa a gente foi convidando mais pessoas para entrar na cooperativa, como cooperado, então foi tendo muito problema (...) tipo as pessoas novas que entrava no começo tudo bem, depois achava que tinha que funcionar como uma empresa normal, então dava problema não tinha o mesmo entendimento dos outros cooperados, dava problema, às vezes queria sair, outras vezes a agente tinha que excluir da cooperativa de tanto problema que dava, tinha muito problema. (André)

A partir dos relatos dos entrevistados, pode-se observar a dificuldade que há na entrada de novos sócios na cooperativa. Eles apresentam que é difícil conseguir pessoas que tenham um pensamento alinhado com o deles, pois os novos sócios não passaram pelas dificuldades que eles passaram, não têm dentro de si “o espírito cooperativista”

(Bruno), e não batalharam para erguer a cooperativa, recebendo tudo já “*organizado e dando certo*” (André). Para exemplificar essa situação, Bruno conta o caso de uma cooperada que era uma ótima funcionária, porém quando a passaram para a condição de cooperada ela mudou totalmente.

A pessoa que já virou cooperada, ela já saiu daqui, tipo assim ela era funcionária implorou para ser cooperado, e é lógico uma ótima funcionária e o trabalho ela desempenhava muito bem, então vamos dar uma chance, vamos chamar para a cooperativa, então chamamos e a convidamos para cooperativa, trabalhou por um tempo e de repente, do nada a pessoa mudou totalmente, não respeitava, não queria ir na assembléia, não queria participar da assembléia mais, não queria saber de nada, se recebia ou não tanto faz e a gente poxa o que está acontecendo, do nada a pessoa mudou a cabeça desse jeito, não dá para ficar com uma pessoa desse jeito, se ela não quer participar da assembléia, se não quer nem saber o que está acontecendo na empresa, que também é dela, então a gente não dá para ficar, então convidamos para sair também (...) Na verdade é assim, eu penso assim, eu sou fundador, então a gente via assim que todo mundo que entrava na cooperativa, ela entrava e pensava eu já tenho todo esse poder tenho toda essa liberdade, então muita gente que entrou depois e não viveu o que a gente viveu do início não teve essa carga, então muitas pessoas elas conseguiam captar o sistema de trabalho, mas tinham pessoas que não conseguiam captar, achava que ela estava lá e que podia fazer qualquer coisa e não respeitava a assembléia (...) então é assim, ainda hoje há possibilidades de passar de funcionário para cooperado, mas também é aquele negócio, você tem a sua empresa, você está indo bem na sua empresa, aí você vai chamar mais uma pessoa para ser seu sócio, sendo que sua sociedade ali está indo bem, esta gerando, dando lucro, você está gerando emprego, você vai chamar mais uma pessoa para ser seu sócio, você não chamaria, sendo que está indo bem a empresa, então se você pode contratar uma pessoa para ser seu funcionários e você pode pagar toda a parte de impostos que a pessoa precisa e deve recolher, você faz isso. (Bruno)

Assim, por meio de discussão e votação em assembléia, desde 2003, os cooperados optaram por só contratarem funcionários no regime celetista, podendo eventualmente, por meio de discussão e votação em assembléia, ser passado o funcionário para a condição de cooperado. Segundo os entrevistados, apesar de serem funcionários CLT, há uma boa relação entre os trabalhadores, celetistas e cooperados, sendo que eles procuram não reproduzir a relação chefe-patrão que tinham na empresa, buscando um relacionamento de maior consideração com o funcionário.

Os cooperados elencaram como aspectos positivos do trabalho no sistema cooperativista: o aumento de oportunidades, e conseqüentemente o crescimento profissional; a maior liberdade que começaram a ter; conhecer o empreendimento na sua totalidade; maior tranquilidade, já que sabem como anda a situação da cooperativa; poder opinar nos rumos da cooperativa; o aumento substancial que tiveram na retirada; a participação nos lucros; o relacionamento com os companheiros, que agora é de amizade; e a estabilidade que a condição de cooperado traz.

Quanto aos aspectos negativos do cooperativismo, foram assinalados a falta dos direitos trabalhistas e a divisão do prejuízo, pois quando uma empresa capitalista tem prejuízo, o problema é do patrão, já que o funcionário vai receber do mesmo jeito, porém na cooperativa o prejuízo tem que ser dividido por todos.

7.4 - Provocações e projeções para o futuro

Nesse tópico aglutinam-se respostas a algumas questões provocativas (Oliveira, 2005), que foram deixadas para o final da entrevista, e que buscam algumas elucubrações sobre possibilidades futuras. Sendo elas: você deixaria de trabalhar na cooperativa para voltar a trabalhar em uma empresa tradicional (com chefe ou patrão) ou para trabalhar por conta própria? Que mudança você gostaria de fazer na cooperativa e não conseguiu?

Com relação à primeira indagação, ambos apontam que para trocarem a cooperativa por uma empresa tradicional teria que ser uma proposta muito boa, mas mesmo assim ainda ficariam receosos, pelo fato de não terem uma garantia de estabilidade. Quanto a montar o próprio negócio, Bruno afirma que tem vontade, já André diz que não pensou ainda sobre esse assunto.

Hoje ainda não, para trabalhar numa empresa normal não deixaria, só se fosse uma proposta muito irrecusável e para montar um negócio próprio eu não vejo que é hora, tenho muito tempo para trabalhar ainda. (André)

Olha já pensei sim, conforme você vai adquirindo conhecimento, experiência, você vê que é uma coisa que assim, eu tenho capacidade para ser, vamos dizer assim, eu trabalhar sozinho, pra mim mesmo, eu acho assim que muitos sonham com isso, em trabalhar para ele mesmo, não ter outras ou muitas pessoas dependendo de você, num conjunto para você ter o seu sustento, acho que quase todo mundo aqui gostaria de ser seu chefe, eu trabalho em conjunto com outras pessoas que são chefes como eu, que são donos como eu, eu já pensei sim se eu tivesse condições um dia se eu visse que é uma coisa que daria certo eu faria sim (...) olha ia ser difícil, ia ter que ser uma proposta muito boa, olha ia ter que ser uma proposta muito boa para eu sair dessa estabilidade, sair desse sistema que eu estou trabalhando para ir para uma empresa onde eu possa vir trabalhar um mês e achando que é uma coisa e não é, ficar descontente perder o emprego e ficar desempregado, entendeu, então assim o medo de ficar desempregado é tão grande para quem hoje é pai de família, quase todos aqui são, é melhor a gente ficar no sistema cooperativista e investir na cooperativa para ela crescer e assim gerar muito mais recursos que vai voltar para gente mesmo. (Bruno)

Quanto à segunda inquirição, André conta que gostaria que houvesse mais investimentos no maquinário. Já Bruno gostaria que voltasse a ter um investimento maior no cooperado, financeiramente falando, com o pagamento de cursos e faculdades, como tinha no passado.

8. Conclusões

Frente à atual conjuntura em que nos encontramos, onde de um lado temos um cenário de hegemonia de um modo de produção do trabalho que se apresenta como desolador, sendo que as pesquisas vêm demonstrando os efeitos cada vez mais perversos que os modelos capitalistas de produção, principalmente os novos, estão imprimindo sobre o trabalhador, e suas subseqüentes conseqüências tanto no âmbito físico quanto no subjetivo.

De outro lado, temos estudos que apontam a formação de um modo de produção do trabalho e da vida, que apresenta-se como alternativo a esse modo hegemônico e que busca contrapor-se, a partir de uma nova filosofia do que é trabalho, denominada economia solidária, onde sua forma de ação mais conhecida é o cooperativismo.

Assim, a presente pesquisa buscou entender como pessoas que estavam inseridas no modo de produção capitalista, e que por um motivo de falência da empresa, se viram obrigadas a migrar para o modo cooperativista de produção, significam a vivência de trabalhador nessas diferentes lógicas produtivas.

Um primeiro aspecto que é bem marcante nas entrevistas é que a entrada no cooperativismo foi um divisor de águas: a partir daquele momento eles tiveram duas formas de viver e significar o trabalho diametralmente opostas; assim, segundo um dos entrevistados *“o jeito do trabalho como cooperado é muito diferente do que tinha antes, teve muitas mudanças, mudou para melhor”* (Bruno).

Antes da cooperativa, os entrevistados apontam que o trabalho deles resumia-se à execução de ordens, onde suas aspirações não eram levadas em consideração, a menos que fossem para melhoria na produção. Nos relatos, temos a descrição de um modelo de gerenciamento do trabalho muito (in)flexível que se ancora numa forte e rígida hierarquização do poder, que no caso da empresa capitalista está ligada à propriedade

dos meios de produção, e de tudo que isso traz consigo, como por exemplo, o monopólio do conhecimento e das informações do empreendimento.

Para os cooperados, todo esse amálgama de elementos que estão presentes na empresa capitalista produz relações muito ásperas entre as pessoas, que estão limitadas à exclusiva obtenção do lucro. Sendo que na cooperativa o relacionamento no trabalho vai além do próprio trabalho, superando o relacionamento superficial e de interesses principalmente lucrativos, para uma relação de “*amizade*”, onde se consideram uma grande “*família*”, que se ajudam mutuamente.

Como observa Singer (2000), enquanto a empresa capitalista é uma sociedade de capital, a cooperativa é uma sociedade de pessoas, logo, os focos de atenção e ação são diferentes. Exemplos dessa diferença de postura podem ser vistos na procura da apresentação de cursos gratuitos aos cooperados, do constante incentivo ao estudo e formação, seja do ensino básico, técnico ou superior, ou ainda no caso que atualmente está em pauta nos debates da cooperativa, que é a construção de uma creche, dentro ou perto da cooperativa, que atenda aos filhos dos trabalhadores, pois assim eles podem ficar mais perto dos filhos.

De todos os bens que foram conseguidos na transição para cooperativa, os entrevistados assinalam que o maior de todos foi a possibilidade de poder gerir o seu próprio trabalho, pois agora suas opiniões eram ouvidas, e eles podiam pela primeira vez decidirem os rumos que achavam certos para a empresa. Mas, para que a autogestão funcionasse verdadeiramente, eles tiveram que ir aprendendo a ouvir e colocar suas opiniões no debate coletivo, algo muito difícil, já que desde que nascemos estamos num contexto social de obediência, todas as nossas instituições são regidas pela lógica da subordinação às regras e superiores, havendo poucos espaços para a construção coletiva e para a apropriação da autogestão (Castoriadis, 1983; Singer, 2002).

O trabalho no sistema cooperativista permitiu aos cooperados um duplo crescimento, profissional e pessoal. No âmbito profissional, eles indicam que tiveram oportunidade de conhecerem o empreendimento como um todo, tornando-se assim profissionais mais capacitados, tanto na esfera produtiva, já que passaram por diversos setores, exercendo diversos trabalhos em diferentes funções, podendo entender melhor a

lógica de produção; quanto no campo administrativo, pois na cooperativa são os próprios cooperados os responsáveis por gerirem o empreendimento.

No âmbito pessoal, os cooperados contam terem adquirido uma maior responsabilidade e comprometimento. Foi apontado também um crescimento econômico do coletivo da cooperativa, e das pessoas próximas a eles, pois foi só a partir da entrada na cooperativa que muitos conseguiram sua casa e seu carro próprio.

Um elemento que aparece diversas vezes nos relatos dos entrevistados é a questão da estabilidade no trabalho que a cooperativa os oferece. Estabilidade essa que provoca uma tranquilidade maior frente ao monstro do desemprego, que segundo Forrester (1997), é um fantasma que assola as vidas dos trabalhadores, produto de um modo de produção que não leva em conta o ser humano, que acaba sendo culpabilizado por sua própria condição.

Desemprego esse, que como apresenta Marques (2006), pode ser visto amplamente na literatura sobre fábricas recuperadas como o motivo primeiro de sua constituição, ou seja, os trabalhadores se unem em cooperativas não por um caráter ideológico, mas sim como uma alternativa para fugir do desemprego.

Assim, para os trabalhadores da Cooperativa, apesar de todo o apoio que tiveram da ANTEAG, isso significou que eles tiveram que ir construindo o que é ser cooperado, trabalhar numa cooperativa e as diferenças desse modo de produção para o capitalista, durante a própria prática.

Sendo que, no processo de construção desse novo modo de trabalhar, acabaram utilizando como base algumas características que já estavam habituados no antigo modo de estruturar o trabalho, como por exemplo, a continuidade da diferenciação dos salários, a manutenção da hierarquização dos cargos e a contratação de funcionários celetistas.

Porém, essa não foi uma pura transposição, já que essas características inseridas na cooperativa contaram com algumas adequações, como uma menor rigidez da hierarquia, maior proximidade entre o menor e o maior salário e um maior respeito ao funcionário contratado, e o mais importante é que eles puderam, e podem, escolher entre manter ou mudar essa situação.

Assim, entendo que para esses trabalhadores, o cooperativismo trouxe um avanço considerável na *práxis* e significação do trabalho, já que foi e é uma experiência transformadora tanto no âmbito profissional, como no pessoal. Mas, como analisa precisamente Oliveira (2005) “*o maior risco do cooperativismo, então, é configurar-se como um híbrido, com uma roupagem progressista, com aparência de libertária e autogestionária, mas ser, na verdade, apenas uma versão sofisticada da empresa flexível*” (p.134)

Por fim, gostaria de salientar a necessidade de mais pesquisas no campo da economia solidária, como um todo, visto seu caráter juvenil e suas possibilidades de transformação. Acredito também que sejam importantes mais estudos sobre funcionários celetistas em cooperativas e pesquisas com os cooperados que saíram das cooperativas.

Assim, gostaria de finalizar esse trabalho com um poema de *Carlos Drummond de Andrade*, que, na minha opinião, sintetiza muito o movimento da economia solidária.

A FLOR E A NÁUSEA

Preso à minha classe e a algumas roupas,

Vou de branco pela rua cinzenta.

Melancolias, mercadorias espreitam-me.

Devo seguir até o enjôo?

Posso, sem armas, revoltar-me'?

Olhos sujos no relógio da torre:

Não, o tempo não chegou de completa justiça.

O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.

O tempo pobre, o poeta pobre

fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.

Sob a pele das palavras há cifras e códigos.

O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

Vomitam esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.

Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.

Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio

Referências bibliográficas

Aguiar, W. M. J. A Pesquisa junto a professores: fundamentos teóricos e metodológicos. In: Aguiar, W. M. J. (Org.). Sentidos e Significados do Professor na perspectiva Sócio-Histórica - Relatos de Pesquisa. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 11-22, 2006.

Aguiar, W. M. J.; Ozella, S. núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. Psicologia ciência e profissão. V.26, nº2, p.222-245. Jun.2006.

Andrade, C. D. A rosa do povo. Rio de Janeiro: Record, 1945.

Antunes, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

Barreto, R. O.; Paula, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.203-213, 2009.

Bernardo, M. H. Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009a.

BERNARDO, M. H. Flexibilização do discurso de gestão como estratégia para legitimar o poder empresarial na era do toyotismo: uma discussão a partir da vivência de trabalhadores. Cadernos de psicologia social do trabalho, São Paulo, v. 12, n. 1, jun. 2009b.

Bock, A.M.B. A Psicologia como Ciência do Sujeito e da Subjetividade: a Historicidade como Noção Básica. In Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M.; Furtado, O. (Org.).

Psicologia sócio-histórica - uma perspectiva crítica em psicologia. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. Indivíduo e Sociedade uma Relação Importante na Psicologia Social In: BOCK, A.(org.) A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia. Ed. Vozes, Petrópolis, 2003.

BOCK, A. M. B. e GONÇALVES, M. G. M. Subjetividade: O Sujeito e a Dimensão Subjetiva dos Fatos. In: GONZALEZ REY, F. Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia. São Paulo, Thomson, 2005.

BOCK, A. M. B e GONÇALVES, M. G. M. A Dimensão Subjetiva dos Fenômenos Sociais. In: BOCK, A. M. B. e GONÇALVES, M. G. M. (orgs) A Dimensão Subjetiva da Realidade – Uma Leitura Sócio-Histórica. São Paulo, Cortez Editora, 2009.

Borges, L. O.; Yamamoto, O. H. O mundo do trabalho. In: Zanelli, J. C.; Borges-Andrade, J. E.; Bastos, A. V. B. (orgs) Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre, Artmed, 2007.

Braverman, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1974.

Busnardo, A. M. Transformações no trabalho, luta operária e desenraizamento: a reestruturação produtiva no cotidiano e nas representações de trabalhadores metalúrgicos de uma empresa da região do ABC. Cadernos de psicologia social do trabalho, v.6, p.15-35, 2003.

Campos, et al. Atlas da Exclusão social no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

Carvalho, A. M. R. Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Assis-COOCASSIS: espaço de trabalho e de solidariedade e seus desdobramentos na consciência. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em psicologia social)-Instituto de psicologia, Universidade de São Paulo.

Castoriadis, C. Autogestão e hierarquia. In: Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Catani, A. M. O que é capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Corrêa, D. Somos Desiguais? A propósito de Jessé Souza e Roberto DaMatta. In: Souza, J. (Org.). A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

Cots, M. E. R. Cooperativa de trabalho: tratamento tributário e função social. Curitiba: Ed. Juruá, 2007.

Esteves, E. Os desafios à igualdade nas cooperativas autogestionárias. In Souza, A.R; Cunha, G.C; Dakuzaku. R.Y. (org.) Uma outra economia é possível. Ed. Contexto, São Paulo, 2003, p.271-285.

Esteves, E.G. Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em psicologia social)-Instituto de psicologia, Universidade de São Paulo.

Forrester, V. O horror econômico. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

Furtado, O. Psiquismo e a Subjetividade Social. In Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. G. M.; Furtado, O. (Org.). Psicologia sócio-histórica - uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

Furtado, O. Psicologia e relações de trabalho: em busca de uma leitura crítica e uma atuação compromissada. In: Bock, A.M.B. A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia. Petrópolis: Vozes, 2003.

Furtado, O. ; Svartaman, B. P. Trabalho e Alienação. In: Bock, A.M.B; Gonçalves, M.G.M. (Org.). A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

Gonçalves, M. G. M. A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade- o debate pós-moderno. In: Bock, Ana M.B.; Gonçalves, M. Graça M.; Furtado, Odair. (Org.). Psicologia sócio-histórica - uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

Gonçalves Filho, J.M. A invisibilidade Pública. Prefácio do livro. Costa. F.B. Homens Invisíveis: Relatos de uma Humilhação Social. São Paulo. ED. Globo, 2004.

Grillo, A.; Maciel, F. O trabalho que (In)Dignifica o Homem. In SOUZA, J. (Org). A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2009.

Kahhale, E. M. S. P.; Rosa, E. Z. Construção de um Saber Crítico em Psicologia. In: Bock, A. M. B. e Gonçalves, M. G. M. (orgs) A Dimensão Subjetiva da Realidade – Uma Leitura Sócio-Histórica. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

Lane, S. T. M. O que é psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Marques, P. L. A. Trabalho emancipado Empresas recuperadas pelos trabalhadores: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos. Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação (Mestrado em sociologia)-Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Marx, K. Teses contra Feuerbach. Coleção Os Pensadores. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Mascarenhas, T. S. Os conhecimentos de gestão e seus mitos. In: Núcleo de gestão et al (org.). A gestão da autogestão na economia solidaria: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.

NOVAES, H. T. De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. Revista Lutas & Resistências, Londrina, n. 2, p. 84 – 97, 2007a.

NOVAES, H. T. O Fetiche da Tecnologia – a experiência das Fábricas Recuperadas. São Paulo: Expressão Popular- Fapesp, 2007b.

Novaes, H. T.; Sardá. M. Para onde vão as Fábricas Recuperadas. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2010.

Núcleo de gestão et al. A gestão da autogestão nas cooperativas. In: Núcleo de gestão et al (org.). A gestão da autogestão na economia solidaria: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.

Oliveira, F. Relações de trabalho e sentidos do cooperativismo. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em psicologia social)-Faculdade de psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Pecht, E. R. I. A aventura da autogestão – de trabalhador assalariado a trabalhador cooperado: um estudo de caso. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado Ciências sociais)-Faculdade de ciências sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Pinho, D. B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

Rey, F. L. G. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson, 2005.

Rios, G. S. L. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Rios, G.S.L. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais, Niterói, 2006.

Santos, A. M. O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas. ESAC, v.2, n.2, p.77-89, 2007.

Sato, L. & Esteves, E. Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. São Paulo: ADS/CUT, 2002.

Singer, P. Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1975.

Singer, P. Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1977.

Singer, P. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Ed. Moderna, 1987.

Singer, P. Uma utopia militante: repensando o socialismo. São Paulo: Vozes, 1998.

Singer, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

Singer, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, P.; Souza, A. R. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

- Singer, P. Introdução a economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- Singer, P.; Souza, A. R. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- Schiochet, V. Empresas Recuperadas no Brasil: um retrato a partir do sistema nacional de informações em economia solidária. Revista de economia solidária, ano 2, n.1, 2006.
- Storch, S. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In: Venosa, R. Participação e participações: ensaio sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- Tamdjian, J. O.; Mendes, I. L. Geografia geral e do Brasil: Estudos para a compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2005.
- Teixeira, L. S. C. Cooperativismo e trabalho: a experiência da cooperativa de reciclagem de lixo COOPREC. São Paulo, 2007. Dissertação (mestrado em Serviço Social)-Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Tesch, W. Dicionário básico do cooperativismo: o cooperativismo de A a Z para construir uma economia social e solidária para que a cooperativa seja uma opção ao desemprego. Brasília: SESCOOP, 2000.
- Vygotsky, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Vygotsky, L. S. Pensamento e Palavra. In: Vygotsky, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2001.
- Wanderley, M.B. Refletindo Sobre a Noção de Exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.); As Artimanhas da exclusão: análise e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.

Anexo - Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Prezado(a) entrevistado (a):

Solicitamos sua participação voluntária no projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso intitulado *A dimensão Subjetiva do trabalho para cooperados de uma fábrica recuperada*, de autoria do pesquisador Ricardo Mendes da Silva e supervisionado pela pesquisadora responsável Dra Renata Paparelli, sendo ambos os pesquisadores da instituição de ensino, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, do curso de Psicologia. Esse projeto pretende conhecer a maneira como as pessoas compreendem e fazem o cooperativismo. Os procedimentos adotados serão a análise de documentos e a realização de entrevistas como esta. Espera-se com isso, enriquecer o debate sobre o tema.

A qualquer momento, você poderá solicitar esclarecimento sobre o trabalho que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá desistir de sua participação. Os pesquisadores estão aptos a esclarecer esses pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para contornar qualquer dúvida ou problema que possam surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nessa pesquisa poderão ser utilizados na publicação de artigos, contudo, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo de sua participação. Nomes, endereço e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma. Os bancos de dados gerados pela pesquisa só serão disponibilizados sem esses dados. Na eventualidade de sua participação nessa pesquisa causar qualquer tipo de dano, a sua pessoa, o pesquisador responsável compromete-se a reparar esse dano, ou prover meios para essa reparação. Sua participação será voluntária, não recebendo por ela qualquer tipo de pagamento.

Aceite de participação voluntária

Eu, _____, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa e concordo em participar voluntariamente da mesma como entrevistado (a). Declaro que possuo cópia do Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido que ora assino. Sei que a qualquer momento posso revogar este aceite e desistir de minha participação, sem necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaro, também, que não receberei qualquer tipo de pagamento por essa participação voluntária.

Pesquisador: Ricardo Mendes da Silva

RG:

CPF:

Voluntário

RG:

CPF:

Pesquisador Responsável: Dra Renata Paparelli

RG:

CPF:

Testemunha 1

RG:

CPF:

Testemunha 2

RG:

CPF:

São Paulo, ____ de _____ de 2011.